



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CERRO LARGO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

CAMILA NUNES DA CUNHA

**GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE DO CENÁRIO DE RECURSOS
PÚBLICOS APLICADOS NA REGIÃO DAS MISSÕES/RS**

CERRO LARGO/RS

2019

CAMILA NUNES DA CUNHA

**GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE DO CENÁRIO DE RECURSOS
PÚBLICOS APLICADOS NA REGIÃO DAS MISSÕES/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração - Bacharelado, da Universidade Federal da Fronteira Sul - *Campus* Cerro Largo, como requisito parcial para aprovação no componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Louise de Lira Roedel Botelho.

CERRO LARGO/RS

2019

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Cunha, Camila Nunes da

GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: : ANÁLISE DO CENÁRIO DE RECURSOS PÚBLICOS APLICADOS NA REGIÃO DAS MISSÕES/RS / Camila Nunes da Cunha. -- 2019.

70 f.:il.

Orientadora: Professora Doutora Louise de Lira Roedel Botelho.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Administração, Cerro Largo, RS , 2019.

1. COREDE Missões. 2. Recursos Públicos. 3. Administração Pública. 4. Transparência. I. Botelho, Louise de Lira Roedel, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

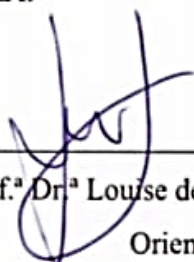
CAMILA NUNES DA CUNHA

**GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE DO CENÁRIO DE RECURSOS
PÚBLICOS APLICADOS NA REGIÃO DAS MISSÕES/RS**

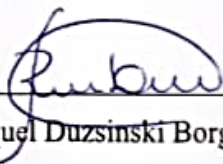
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi defendido e aprovado pela banca em:
13/11/2019.

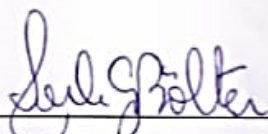
BANCA EXAMINADORA:



Prof.^a Dr.^a Louise de Lira Roedel Botelho - UFFS
Orientadora



Prof.^a Me. Raquel Duzsinski Borghetti - URI



Prof.^a Pós-Dr.^a Serli Genz Bolter - UFFS

É com carinho e emoção que dedico este trabalho primeiramente a Deus, por me conceder sabedoria ao longo da trajetória acadêmica, aos meus pais Telmo e Cleci por seu incentivo, paciência e compreensão, e a minha irmã Fernanda. Previamente deixo para meditação a seguinte frase bíblica: “Tudo posso naquele que me fortalece” (Filipenses, 4:13).

AGRADECIMENTOS

Mais uma etapa em minha vida se encerra para que outras possam vir. Primeiramente quero dedicar a **Deus** esse trabalho, sem seu refúgio, proteção e presença em meio aos meus pensamentos eu jamais teria conseguido alcançar essa grande vitória.

As pessoas mais importantes da minha vida que são meus **pais** Telmo e Cleci deixo meu respeito, amor e minha gratidão por cada palavra reconfortante nos dias de angústia, palavras de carinho, de fé e de aconselhamento. Dedico também esse trabalho a minha **irmãzinha** Fernanda, espero poder ser um exemplo em sua vida.

As minhas amadas **avós** Eva e Darci, agradeço por acreditarem na minha capacidade, citando vocês, homenageio todos os meus familiares. Ao meu **amado** agradeço por seu carinho e motivação, já aos **amigos** e **colegas** agradeço pela companhia e troca de conhecimento. **Professores** do curso de Administração vocês também merecem meu agradecimento, obrigada por seus ensinamentos e agregação de conhecimento.

Por fim, mas não menos importante, agradeço de coração a minha querida **orientadora** Prof. Dr.^a Louise Botelho, a qual aceitou de boa vontade auxiliar na construção desse trabalho, sendo que, merece os parabéns por sua dedicação como profissional da área de educação.

A todos vocês, meu muito obrigada!

RESUMO

O estado do Rio Grande do Sul possui nove regiões funcionais, entre elas, esse trabalho estuda os municípios pertencentes à região das Missões e que, portanto, fazem parte do COREDE Missões. Além de contextualizar esses municípios, o presente trabalho tem como objetivo, analisar o cenário dos recursos públicos estaduais transferidos por meio de convênios para os municípios integrantes do COREDE Missões no período de 2010 a 2018, de modo a compreender o grau de eficiência da administração pública ao gerir recursos. A metodologia abordada nessa pesquisa classifica-se como de natureza qualitativa e descritiva, sendo que, os dados analisados foram retirados do Portal de Transparência Pública do Estado. Após a coleta, efetuou-se a identificação e descrição dos dois municípios que receberam maior ou menor montante de recursos públicos no período, bem, como, das áreas e convênios para quem esses montantes foram transferidos. Assim, os resultados indicam que Santo Ângelo obteve o maior montante e Garruchos o menor, entretanto, mesmo que os dois municípios tenham manifestado disparidade no volume de recursos públicos transferidos às áreas estudadas, a gestão administrativa de ambos apresentaram atenção aos problemas e ações para solucioná-los, resultando assim, em mais eficiência no serviço público e bem-estar social. Feito isso, os dados obtidos foram interligados com informações referentes aos indicadores sociais municipais de educação, saúde e renda, de modo, a reforçar a importância das transferências públicas para a qualidade de vida da população.

Palavras-chave: COREDE Missões. Recursos públicos. Administração pública. Transparência.

ABSTRACT

The state of Rio Grande do Sul has nine functional regions, including this work studies the municipalities belonging to the Mission region and, therefore, are part of COREDE Missões. In addition to contextualizing these municipalities, the present work aims to analyze the scenario of state public resources transferred through agreements for the municipalities that are part of COREDE Missões in the period from 2010 to 2018, in order to understand the degree of efficiency of public administration when managing resources. The methodology addressed in this research is classified as qualitative and descriptive in nature, and the analyzed data were removed from the State Public Transparency Portal. After collection, the identification and description of the two municipalities that received a greater or lesser amount of public resources in the period was made, as well as the areas and agreements to whom these amounts were transferred. Thus, the results indicate that Santo Ângelo obtained the largest amount and Garruchos the lowest, however, even though the two municipalities manifested disparity in the volume of public resources transferred to the areas studied, the administrative management of both presented attention to the problems and actions to solve them, thus resulting in more efficiency in the public service and social welfare. Once this has been done, the data obtained were interconnected with information regarding municipal social indicators of education, health and income, in order to reinforce the importance of public transfers to the quality of life of the population.

Keywords: COREDE Missions. Public resources. Public administration. Transparency.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 OBJETIVOS	14
1.1.1 Objetivo Geral	14
1.1.2 Objetivos específicos	14
1.2 JUSTIFICATIVA	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1 CONCEITOS E DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS	17
2.2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	19
2.3 GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS	22
2.3.1 Recursos Públicos	22
2.3.2 Programas Sociais	23
2.4 CONTEXTO SOBRE A REGIÃO DAS MISSÕES	26
2.4.1 Apresentação dos municípios	27
3 METODOLOGIA	32
3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA.....	32
3.2 AMOSTRA DA PESQUISA E INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	33
3.3 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	39
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	40
4.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MONTANTES DE RECURSOS PÚBLICOS	40
4.2 RECONHECIMENTO DE DOIS MUNICÍPIOS	46
4.3 DESCRIÇÃO DOS CONVÊNIOS	48
4.4 DESCRIÇÃO DE DUAS DAS CINCO ÁREAS ESTUDADAS	54
4.5 RELACIONANDO A PESQUISA COM OS ÍNDICES SOCIAIS.....	56
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	60

Lista de Quadros

Quadro 1 – Administração Pública <i>versus</i> Administração Privada.....	21
Quadro 2 - Regiões funcionais com suas respectivas Microrregiões.....	26
Quadro 3 - Informações dos 25 municípios que compõe o COREDE Missões.....	38
Quadro 4 - Montante de recursos públicos por área em reais (R\$).....	41
Quadro 5 - Convênios de Santo Ângelo na área da saúde.....	49
Quadro 6 - Convênios de Santo Ângelo na área de Educação.....	50
Quadro 7 - Convênios de Santo Ângelo na área de Transporte.....	51
Quadro 8 - Convênios de Santo Ângelo na área de Saneamento Básico.....	52
Quadro 9 - Convênios de Garruchos na área de Educação.....	53
Quadro 10 - Convênios de Garruchos na área de Transporte.....	53

1 INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos o cenário brasileiro vem sofrendo alterações no sistema político, social, econômico e cultural. Constantemente a sociedade tem reivindicado seus direitos e trabalhado para que sua voz seja ouvida de maneira a auxiliar na tomada de decisão do governo, a fim de conquistar melhoria na renda, educação, qualidade de vida e bem-estar social do coletivo e não somente do individual, um exemplo são as mobilizações sociais. Devido tais mudanças no cenário social e econômico do país, o presente trabalho tem como foco analisar o cenário dos recursos públicos de alguns municípios brasileiros.

Ao Sul do Brasil está localizado o Estado do Rio Grande do Sul, tendo por principais características as culturas da agropecuária, como o soja, arroz, fumo, milho, trigo, mandioca e uva, assim como a atividade leiteira, criação de gado de corte, avicultura, suinocultura, atividades hortigranjeiras, frutas, piscicultura e plantas medicinais (FEE, 2015). Ainda, conforme a FEE - Fundação de Economia e Estatística (2015) a agricultura está presente em quase todas as regiões do Rio Grande do Sul, porém existem algumas concentrações regionais.

O Estado do Rio Grande do Sul é dividido em regiões funcionais. De acordo com o *site* da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional (2011) o Rio Grande do Sul conta com nove regiões funcionais inclusas no COREDE Missões (Conselho Regional de Desenvolvimento da Região das Missões) assim, situada ao noroeste gaúcho fazendo parte da RF7 (Região Funcional Nº 7) está a Região das Missões, que conta com 25 municípios também vinculados ao COREDE.

Desta forma, o presente trabalho tem por objeto de pesquisa os 25 municípios gaúchos do COREDE Missões (2015), que são eles: Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória das Missões. Assim, buscou-se analisar o cenário dos recursos públicos estaduais transferidos por meio de convênios para esses municípios, sendo que, para isso foram realizadas pesquisas por informações referentes ao período de 2010 a 2018.

A descrição dos municípios objeto de pesquisa foi realizada a partir dos *sites* das prefeituras, bem, como, por meio de informações de estudos anteriores desenvolvidos. Todos esses municípios foram analisados também por meio do Portal de Transparência Pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul nos períodos de 2010 a 2018, período esse o qual foi escolhido aleatoriamente, sendo que 2018 é o ano que antecede a presente pesquisa. Entretanto, somente os municípios que receberam o maior ou o menor montante de recursos públicos foram detalhados na análise dos dados, a qual tem como base a representatividade que o montante de capital público transferido do Estado e repassado para as prefeituras implica sobre a qualidade de vida da população missioneira.

Parte importante no rumo em que a situação do cenário público brasileiro vem tomando ao longo da história, está inserida na gestão pública, pois a mesma é encarregada de integrar o campo de trabalho relacionado às organizações cuja missão seja de interesse público ou que o afete. Assim, este trabalho apresenta discussões de como se dá a gestão dos recursos públicos por parte do gestor da administração pública.

Partindo do pressuposto da gestão pública surge a ideia de administração pública, para Santos (2018) fazem parte de tal administração pessoas ou entidades incumbidas de executar programas governamentais e prestar serviço conforme sua responsabilidade perante a gestão do que é público.

Segundo Teixeira (2012) há duas divisões da administração pública que são: administração pública direta e administração pública indireta. A primeira tem os órgãos públicos vinculados ao poder central, sob a responsabilidade direta do chefe do Executivo, seja ele o presidente da República, governador ou prefeito. Esses órgãos não arrecadam recursos e assim não possuem autonomia orçamentária. Já a segunda administração, a indireta, tem suas entidades como pessoas jurídicas próprias assim não estão ligadas ao poder executivo, e geralmente muitos arrecadam recursos com a prestação de serviços ou venda de produtos, permitindo autonomia financeira.

Na administração direta os órgãos são encarregados de suprir as necessidades básicas coletivas da população, como: educação, saúde, cultura, lazer e programas de desenvolvimento. De outro modo a administração indireta aproxima suas ações com a de uma empresa privada, e recebem diversas denominações como: autarquias, fundações públicas, empresas públicas, entre outros (TEIXEIRA, 2012).

Como metodologia, este trabalho utiliza uma pesquisa de natureza qualitativa e descritiva, com dados primários e amostra não probabilística. Como previamente destacado os dados foram coletados do Portal de Transparência Pública do Estado do Rio Grande do Sul com intuito de responder ao problema de pesquisa e aos objetivos do trabalho, sendo que o mesmo busca analisar quanto de recursos públicos é transferido do Governo para as áreas de saúde, educação, segurança, transporte e saneamento básico, por meio de projetos direcionados a cada uma dessas cinco áreas. A seguir serão discutidos alguns estudos relacionados ao tema, com propósito de auxiliar o leitor a ter ampla compreensão do quão importante, é, o estudo realizado por este trabalho.

A pesquisa de Schommer, Rotta e Scherer (2017) com base em um estudo empírico e teórico analítico, foca em identificar se os 25 municípios da Região das Missões têm implantado ou não os princípios e diretrizes estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, para a organização e realização do processo de planejamento, sobre a questão da descentralização, participação da sociedade, controle social e os modelos e estruturas das ferramentas de planejamento.

Sendo assim, os autores da pesquisa acrescentam que ao concluí-la observaram que para todos os municípios estudados foram identificadas algumas falhas relacionadas à transparência pública nas informações expostas pelos *sites* das prefeituras municipais. Nenhum dos *sites* apresentou ter todos os dados pesquisados, sendo que o controle social e a gestão social só são possíveis de serem alcançadas na medida em que existe transparência de todas as ações na esfera pública. A sociedade tem seu papel fundamental em acompanhar, conhecer, questionar ou participar e se necessário criticar a eficácia da prestação de serviço dos órgãos públicos (SCHOMMER, ROTTA E SCHERER, 2017).

No estudo qualitativo de Both, Trennepohl, Lima e Siedenberg (2017) os autores realizaram uma avaliação dos índices: IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) IDS (Índice de Desenvolvimento Socioeconômico) e o Índice de Gini, de modo a identificar dentre os 25 municípios do COREDE Missões as disparidades nos dados que mostram a evolução dos fatores econômico, social, humano, ambiental e de distribuição de renda, no período de 1991 a 2013. Ao final, o estudo indicou quatro pontos importantes, o primeiro diz que a análise do IDESE, com dados disponíveis pela FEE-RS mostra a variável “saúde” como a mais frágil dentre as que compõem o

índice, onde em 2007 tinha a melhor média do RS em relação ao seu nível nos municípios, entretanto em 2013 ficou abaixo dessa média.

Já o segundo ponto, relata que municípios com bom desempenho de crescimento econômico não necessariamente alcançam também o desenvolvimento social, humano e de distribuição de renda, que conforme o estudo é o caso do município de Eugênio de Castro, o qual possui a melhor renda e o pior desempenho na área da saúde, e do município de Santo Ângelo, que possui o melhor IDH da região e a última colocação no índice de GINI. Entretanto, o terceiro ponto menciona que no ranking brasileiro do índice de GINI, a Região das Missões apresenta melhoria na distribuição de renda em 20 dos 25 municípios no período de 2010, em comparação ao ano de 1991. Por fim, o quarto ponto argumenta que, portanto, apenas alguns municípios apresentam equilíbrio dos índices econômicos com os índices de desenvolvimento humano, social e distribuição de renda (BOTH et. al, 2017). Neste sentido tem-se como problema de pesquisa a ser solucionado a seguinte questão: **Qual o cenário de distribuição dos recursos públicos estaduais para os municípios integrados do COREDE Missões no período de 2010 a 2018?**

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar o cenário dos recursos públicos estaduais transferidos por meio de convênios para os municípios integrantes do COREDE Missões no período de 2010 a 2018.

1.1.2 Objetivos específicos

- 1) Identificar o montante de recursos públicos distribuídos do governo estadual para os municípios integrantes do COREDE Missões no período de 2010 a 2018;
- 2) Identificar e caracterizar os dois municípios que receberam maior ou menor montante de recursos públicos da Região das Missões no período de 2010 a 2018;
- 3) Descrever os tipos de convênios contemplados por área aos municípios que receberam maior e menor montante de recursos públicos;
- 4) Identificar as duas áreas prioritárias onde os recursos transferidos foram alocados nos municípios que receberam maior e menor montante de recursos públicos;
- 5) Comparar os resultados obtidos após a análise dos municípios que receberam maior e menor montante de recursos públicos com os indicadores sociais municipais.

1.2 JUSTIFICATIVA

Considera-se este trabalho relevante, para que a sociedade possa adquirir ainda mais conhecimento a respeito das políticas públicas e da distribuição dos recursos públicos repassados do governo estadual aos municípios do COREDE Missões. Isso se torna importante pois as políticas públicas e as distribuições de recursos afetam diretamente a população residente não só dos municípios abordados, mas, como também, do país.

Conforme Höfling (2001) as políticas públicas ou políticas sociais devem ser voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à redução das desigualdades humanas produzidas pelo desenvolvimento econômico de apenas uma parcela da população. As políticas públicas são de responsabilidade do Estado, entretanto são pensadas por diversos órgãos da esfera pública.

Pode ser considerado importante para o curso de Administração enfatizar o estudo de políticas públicas, de modo que os acadêmicos adquiram o máximo de conhecimento possível sobre o cenário social que os cercam. Conforme Almeida e Alencar (2011) às políticas públicas resultam de processos históricos determinados pelas lutas da população, para que haja o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores. Os autores, ainda, ressaltam que:

As políticas públicas e suas dimensões econômicas, culturais e ideológicas constituem um importante campo de disputa dos distintos projetos sociais, visto que, mesmo diante de seus limites estruturais - relativos à sua gênese e constituição no âmbito das estratégias de enfrentamento da questão social na sociedade capitalista - encerram condições objetivas de acesso da população aos direitos sociais (p. 75).

Observa-se que o tema relacionado a políticas públicas envolve diversos outros assuntos, dentre eles, estão incluídos projetos sociais e direitos sociais, estes podem ser desfrutados pela sociedade na forma de lei ou de canais (programas sociais). A lei constitui ao cidadão o direito e a garantia, e os canais dão acesso e possibilidade de o cidadão usufruir de seus direitos.

Existem diversos estudos relacionados ao tema das políticas públicas, recursos públicos e o COREDE Missões, dentre estes, o artigo intitulado “Consulta Popular no COREDE Missões: Uma avaliação da participação dos municípios no período 2005-2014” tem por objetivo avaliar o percentual de participação dos gaúchos no *site* da Consulta Popular, bem como, conhecer o percentual de utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nesse tipo de processo democrático. Segundo a pesquisa na região das Missões do RS, a utilização das TICs não ficou restrita as maiores cidades, pelo contrário, manifestaram-se maior grau de utilização nos municípios com PIB per capita (Produto Interno Bruto dividido pela quantidade de habitantes no município) e populações menores. Já na análise dos municípios com menor grau de utilização, predominam os maiores municípios da região (ORTIZ et al. 2015).

Assim, o estudo citado demonstra que o uso do *site* da “Consulta Popular” pelos gaúchos, teve maior significância nos municípios com menor renda, pois a classe com baixa renda é a que apresenta maior dependência e preocupação com os investimentos de recursos públicos destinados pelo governo, assim, sua participação no *site* da Consulta Popular é maior. Onde “Desde 1998 o Estado do Rio Grande do Sul instituiu, através da Lei nº 11.179, que a população define diretamente parte dos investimentos e serviços que constarão no orçamento do Estado” (RS, 2013, p.1). O processo é denominado Consulta Popular, e é feito através da votação por meio de assembleias para projetos solicitados por munícipes, sendo que, a célula de votação é específica para cada COREDES, onde a mesma contém os projetos escolhidos conforme as principais necessidades de cada região. O cidadão pode exercer seu direito ao voto na escolha do projeto de maneira presencialmente ou on-line (através do *site* Consulta Popular).

Entretanto, quando o foco é estudo prático, observou-se que poucas pesquisas enfatizam o estudo prático dos 25 municípios pertencentes ao COREDE Missões, e que até mesmo as pesquisas que abordam os respectivos municípios, se mostram muito amplas em relação às características de cada um. Sendo assim, a maioria não relata detalhes sobre questões relacionadas à: Como se dá o cenário dos recursos públicos para a Região das Missões? Quando se deu a emancipação dos municípios e em torno de quais aspectos gira a economia desses lugares?

Portanto, esse trabalho busca responder a essas e outras questões, sendo que o mesmo pode vir a ser relevante para as prefeituras que estão localizadas nos municípios estudados, as quais poderão identificar através deste estudo as ausências de informações de suas páginas. Michele dos Santos (2017) e Laura Franke (2018) estudaram a transparência devido à importância que ela tem e a necessidade de maior divulgação das informações relativas à gestão pública por parte dos municípios.

Esse estudo também pode ser relevante para Universidades e outros pesquisadores, podendo o mesmo, servir de apoio para futuras pesquisas relacionadas ao tema abordado. É importante que a sociedade compreenda o ambiente que a cerca, bem como, seus direitos, obrigações e principalmente o rumo que os valores de seus impostos e demais contribuições com o governo estão tomando, ou seja, em quais áreas esses recursos estão sendo aplicados e assim retornando a elas em forma de investimentos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente capítulo está dividido em quatro seções, sendo estas: 2.1 Conceitos e definição de Políticas Públicas Sociais; 2.2 Administração Pública; 2.3 Gestão de Recursos Públicos; e 2.4 Contexto sobre a Região das Missões. Destaca-se ainda que, todas as seções apresentam questões abrangentes no setor das políticas públicas, tendo como foco informações ligadas a distribuição de recursos públicos em uma das mais importantes regiões do Estado do Rio Grande do Sul, a Região das Missões.

2.1 CONCEITOS E DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS

Ao longo desta seção serão apresentados temas pertinentes ao assunto: políticas públicas, possibilitando assim contextualizar a necessidade do surgimento das mesmas em meio ao âmbito social. É importante para o cenário social que cada cidadão conheça seus direitos, deveres e obrigações, para que assim possam expressar ao Estado suas necessidades exigindo melhorias na qualidade de vida.

A busca da sociedade por seus direitos vem se intensificando ao longo da história, um exemplo disso são os constantes movimentos sociais, reconhecidos por possuírem como base “[...] um grupo social que compartilha uma determinada situação social que gera insatisfação e, derivado disso, um senso de pertencimento [...] que constituem reivindicações, projetos, etc.” (VIANA, 2016. p.72). Tais movimentos sociais nem sempre surgem com base numa determinada classe social, mas sim com o objetivo de alcançar melhorias na estrutura governamental a qual propõe garantir a cidadania para a população como um todo, bem como também, garantir participação do povo nas decisões políticas.

Através desses movimentos uma das mais importantes conquistas humanas foi à democracia estendida a homens e mulheres, onde ambos passam a ter o direito de eleger seus representantes políticos com base no voto. A palavra democracia surge tendo por significado “[...] o governo do povo, o governo da maioria” (ROSENFELD, 1984, p.7). Com isso a justificativa de utilização da palavra democracia se deve a “[...] soberania popular exercida pelo voto” (TONET, 2016, p.49).

Os movimentos sociais foram importantes para desencadear a democracia, e podem ser vistos como maneiras de a população reivindicar e garantir seus direitos sociais perante lei. Com isso, pode-se acreditar que, a partir da ideia de “direito social democrático” é que começam a surgir os conceitos de políticas públicas, onde é através dessas políticas que o governo deve assegurar a população garantia de padrões mínimos na área da educação, saúde, habitação, renda e seguridade social, dentre outras proteções.

Para compreensão do que de fato são as políticas públicas, e quais são as leis que as regem, é também necessário destacar como alguns autores as conceituam, assim, na sequência estão expostos alguns pensamentos de autores que identificam políticas públicas como sendo:

[...] no estado democrático de direito, os meios que a administração pública dispõe para a defesa e a concretização dos direitos de liberdade e dos direitos sociais dos cidadãos, estabelecidos numa Constituição Nacional (QUEIROZ, 2013, p.97).

Conforme destacado as políticas públicas são, os meios organizados pela administração pública e estabelecidos constitucionalmente com o objetivo de defender os direitos fundamentais dos cidadãos, bem como estabelecer seus deveres. No Art. 5º da Constituição Federativa Brasileira, consta que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988).

Seguindo esta ótica, é também estabelecido pela Constituição Federal que os direitos sociais conforme o Art. 6º: “[...] são direitos à educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988). Portanto faz-se a partir de um processo de planejamento governamental, a escolha dos meios que melhor vão buscar atingir os objetivos sociais (QUEIROZ, 2013).

Desta maneira, as políticas públicas são “[...] frutos do sistema político vigente, e correspondem às dinâmicas governamentais na tomada consciente de escolhas de fazer ou não fazer algo frente aos problemas que adquirem relevância no cenário pátrio” (BOFF; SOUZA; STAHLHÖFER, 2015, p.21). Ou seja, esses autores ressaltam

que as políticas públicas são formas de interligar a questão dos direitos sociais junto à questão política, a qual por sua vez dará ao povo a consolidação de seus direitos.

As políticas públicas nascem de esferas públicas com propósito de serem medidas concretas de intervenção social destinada a enfrentar as necessidades sociais, assim se configuram como caminhos de se alcançar resultados por meio da colaboração dos cidadãos (ALMEIDA; ALENCAR, 2011). Deste modo é importante ser salientado que o papel do governo não é de ceder às pressões num tipo de jogo social, mas sim, exercer sua responsabilidade de mediar os interesses da sociedade, assim como também tomar decisões que melhor venham as beneficiar (QUEIROZ, 2013).

Como previamente destacado, existem diversas formas de interpretação do contexto englobado pelas políticas públicas, mas em geral elas podem ser definidas como decisões ou partes de um procedimento de escolha a ser realizado pelo governo vigente, visando então os melhores meios para alcançar os objetivos sociais (QUEIROZ, 2013).

Com isso, pode-se verificar que o cenário político social é marcado pela luta do cidadão por sua vida digna, por seus direitos e também pela responsabilidade do governo em sua ação governamental firmar compromisso com o povo proporcionando a eles métodos que protejam seus direitos humanos.

2.2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Após compreensão dos conceitos e da definição do termo “políticas públicas”, é importante se debater o que é a administração pública e qual seu papel junto a gestão dos recursos públicos. Ao longo da seção anterior, foi citada certa relação entre os temas políticas e administração, ambos pertencentes ao setor público, entretanto não se objetiva o aprofundamento quanto à questão de diferenciação das mesmas. Em vista disso, será abordado nesta seção o conceito sobre a administração pública e quais elementos a diferencia dos conceitos de políticas públicas.

Em meio à sociedade: “Entende-se por aparelho do Estado a administração pública em sentido amplo, ou seja, a estrutura organizacional do Estado, em seus três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e três níveis (União, Estados-membros e Municípios)” (CHIAVENATO, 2008, p.101). Estado é a unidade administrativa de um

território, sendo assim não existe Estado sem haver território, ele é formado pelo conjunto de instituições públicas as quais representam, organizam e atendem (ao menos em tese) os anseios da população que habita o seu território (PENA, 2019, p.1). Logo, o Estado define leis que norteiam as políticas públicas e os direitos básicos dos cidadãos, assim cabe à administração pública gerir os setores de: saúde, educação, segurança, saneamento, habitação, esporte, cultura e lazer. Assim, ainda segundo a ótica de Chiavenato (2008, p.104):

Os sistemas administrativos voltados para a gestão pública abrangem áreas diversas: pessoal civil, serviços gerais, organização e modernização administrativa, informação e informática, planejamento e orçamento e controle interno. O objetivo desses sistemas é permitir a transparência na implementação das diversas ações do governo, possibilitando seu acompanhamento e avaliação, bem como a disponibilização das informações não privativas e não confidenciais para o governo como um todo e a sociedade.

Entendesse que, a administração pública faz parte de três classes de poder controlados através do Estado, onde compete a cada um coordenar o sistema administrativo conforme seu nível de obrigação. A gestão dos recursos públicos deve ser transparente e em concordância com as normas estabelecidas em lei, bem como todo o trabalho do administrador responsável por ela. A transparência das ações administrativas é feita através da prestação de conta do administrador para com a população e o governo, informando o destino do dinheiro público recebido.

Quando o gestor público incorre em um ato ilegal que infringe os princípios da Administração Pública, ele pode vir a ser julgado por improbidade administrativa, conforme a lei brasileira nº 8.429, que diz: “Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições [...]” (BRASIL, 1998).

A administração pública é o conjunto de órgãos e servidores responsáveis por atender as necessidades básicas sociais, ou seja, são as pessoas responsáveis pela gestão do que é público, sendo que para estas compreendem apenas as funções administrativas de execução dos programas do governo, assim como prestação de serviços e demais atividades (SANTOS, 2018).

É verdade que nem toda atividade política pode ser considerada honesta e honrosa, mas apesar de algumas vezes existir o conflito entre as opiniões dos

cidadãos sobre assuntos relacionados a questões de políticas sociais é necessário que haja o respeito, tolerância e diálogo entre as partes. A construção da cidadania implica em os direitos e deveres dos cidadãos serem iguais para todos, sendo que a liderança governamental deve gerir de modo a se considerar responsável por todos os cidadãos e não somente por uma parcela destes (PUTNAM, 2006).

Se de um lado as políticas públicas existem para garantir os direitos fundamentais dos cidadãos perante lei, do outro, perdura a administração pública a qual tem papel fundamental na ação da distribuição de recursos públicos, desse jeito, faz parte do campo do gestor público a tomada de decisão e a responsabilização do mesmo por seus atos, devendo estes ser minuciosamente cuidadosos, procurando distribuir da melhor forma possível, o dinheiro público vindo do Estado para beneficiar a população.

De modo a acrescentar o conhecimento do leitor e melhorar a interpretação do mesmo com relação às principais diferenças entre a Administração Pública e a Administração Privada, no Quadro 1, constam informações detalhando algumas das características dos temas mencionados.

Quadro 1 – Administração Pública *versus* Administração Privada

Diferenças entre Administração Pública e Administração Privada	
Administração Pública	Administração Privada
1-Foco no interesse comum das pessoas, interesse do coletivo.	1-Foco no lucro, competitividade e interesse individual.
2-Empresas e instituições públicas.	2-Empresas privadas.
3-Os indivíduos são sempre concebidos como cidadãos, seja na posição de servidores do Estado, sejam na condição de simples usuários dos serviços públicos ou sujeitos submetidos às leis e normas impostas pelo Estado.	3-Os indivíduos são concebidos como pessoas físicas à procura da satisfação de seus interesses particulares, podendo constituir pessoas jurídicas com a finalidade de perseguir os mais diferentes objetivos – econômicos, políticos, religiosos, culturais etc.
4-O público alvo são as pessoas.	4-O público alvo são os clientes.
5-A obtenção de recursos vem dos cofres públicos (impostos, taxas e contribuições).	5-A obtenção de recursos vem do pagamento feito por clientes.
6-Quem controla é o Estado.	6-Quem controla é o mercado.

Fonte: Adaptado de Coelho (2014).

Ao observar o Quadro 1, pode-se afirmar que existem diferenças entre Administração Pública e a Administração Privada, visto que, de um lado a forma de

gestão é baseada nos interesses do coletivo, de maneira que as pessoas sejam tratadas igualmente perante lei. Já do lado privado, o foco da gestão é gerir recursos próprios ou de terceiros de modo a alcançar lucratividade.

2.3 GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS

Nesta seção estão expostos conceitos que expressam o que são os recursos públicos, como é feita a destinação dos mesmos por meio da gestão pública e em quais programas se dividem, ou seja, quais programas sociais recebem recursos financeiros do governo, a fim de suprir as necessidades básicas da população brasileira.

2.3.1 Recursos Públicos

É importante o estudo do tema políticas públicas para se entender como funciona a distribuição dos recursos financeiros provindos diretamente dos órgãos governamentais, sendo assim, esta subseção traz informações ligadas ao tema “recursos públicos” com foco em conceitos, distribuição e controle dos mesmos.

Com o passar dos anos é notório que o cenário da população brasileira vem apresentando recorrentes e importantes alterações, aumentou a participação do povo nas tomadas de decisões governamentais, e com isso cresceu o reconhecimento de suas necessidades básicas perante lei, ou seja, após um longo período da história, as pessoas começam a reivindicar seus direitos e perceber que unidas podem mudar sua situação em meio ao cenário social e se fazer cumprir com os direitos humanos. Logo, cabe aos cidadãos “[...] exigir que a sociedade e todas as demais pessoas respeitem sua dignidade e garantam os meios de atendimento das suas necessidades básicas” (FERNANDES, 2016, p.1).

Frente à questão de gestão de recursos públicos está a administração pública, a qual é controlada pelo governo e tem papel fundamental na implantação das políticas públicas. Cabe à administração pública adotar medidas que retornem em bons resultados sendo sua principal função, garantir à população políticas e programas sociais acessíveis e que realmente sirvam para promover oportunidades de cidadania (ARAÚJO, 2007).

Como visto na seção anterior, os programas sociais se dividem basicamente em questões de saúde, educação, segurança, saneamento, habitação, esporte, cultura e lazer, sendo assim, o governo destina recursos públicos com o objetivo de manter em atividade esses programas. Mas afinal, o que são os recursos públicos e de onde eles vêm? “Recursos públicos são valores arrecadados por intermédio do funcionamento de um sistema tributário que cobra impostos, taxas e contribuições” (SICSU, 2011, p.1). Portanto, é o dinheiro do povo retornando a eles mesmos por meio da administração pública e dos programas de benefícios sociais, entretanto, cabe à pessoa do gestor de recursos públicos a prestação de contas da destinação dos mesmos não podendo ele se utilizar desses recursos em benefício próprio.

Configura-se desvio de dinheiro público qualquer ato ilícito desta amplitude, cabendo ao praticante, penalidade na forma da lei do código penal, sendo esta penalidade determinada conforme o ato do executor, podendo o ato ser considerado crime de corrupção, improbidade administrativa ou crime contra a administração pública (OUVIDORIA, 2015, p.1).

As políticas públicas são financiadas por recursos federais, estaduais e/ou municipais, sendo que para cada uma das áreas e cada um dos setores dessas políticas são estabelecidos o montante e a fonte dos recursos disponíveis no orçamento público, ainda vale ressaltar que, as variações dos orçamentos destinados a cada uma das políticas públicas não tem haver a todo o momento com demandas ou necessidades, na realidade quando voltado a composição da legislação e do orçamento de uma política, entram em cena disputas de interesse organizacional e social (KAUCHAKJE, 2011).

Portanto existe controle na distribuição dos recursos públicos por parte do governo, onde é enviado a cada Estado do Brasil e posteriormente distribuído a cada município determinada quantidade de dinheiro dos cofres públicos para manter programas de assistência social.

2.3.2 Programas Sociais

A seguir constam informações sobre a distribuição dos recursos públicos e o Portal de Transparência do Estado do Rio Grande do Sul, bem como, apontamentos sobre alguns dos principais programas oferecidos pelo governo brasileiro tendo por

propósito suprir as necessidades básicas da população, através do processo de planejamento e execução das políticas sociais nos setores que permeiam os direitos sociais: educação, saúde, habitação, assistência social, segurança alimentar e nutricional, e previdência social.

É de suma importância que os cidadãos procurem manter-se informados de como o dinheiro provindo de seus impostos vêm sendo distribuído, e se esta distribuição oferece melhorias no âmbito social. Nesse sentido, o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) criou o portal da transparência pública no ano de 2004, assim a população consegue controlar os atos praticados pela Administração Pública.

O Portal da Transparência do Governo Federal é um sítio na Internet lançado pela Controladoria Geral da União [...] para que o cidadão acompanhe a aplicação dos recursos públicos em âmbito federal. Através desse canal, o cidadão fica sabendo a destinação do dinheiro público que é enviado ao município onde mora (GUADAGNIN, 2011, p.6).

A divulgação das ações governamentais para com os cidadãos contribui não só para o fortalecimento da democracia, como também estimula o processo de cidadania. Desta forma, é de suma importância o cuidado com a prestação de contas, e com a forma como as informações são disponibilizadas ao público alvo por meio da Administração pública, bem como, se o gestor demonstra objetividade, clareza e transparência nos seus atos (GUADAGNIN, 2011).

O Governo Brasileiro criou em 2008 um sistema chamado SICONV, o qual está disponível na internet para consulta pública tendo por objetivo prestar contas com base nas transferências de Recursos Federais para Órgãos Públicos e Privados sem fins lucrativos (CABECEIRA, 2009). Assim como ele, o Estado do Rio Grande do Sul possui um Portal de Transparência Pública, o qual viabiliza informações para a população, sobre investimentos para os benefícios como: educação, saúde, segurança, transporte, infraestrutura, saneamento, cultura, assistência social e outros setores, buscando atender diretamente a população. Conforme Souza (2018, p.1) o objetivo do portal é “facilitar o acesso da população aos números e as informações do Estado, reforçando o compromisso da gestão com a transparência”.

Quando o gestor público demonstra transparência com seus atos à população passa a acreditar e confiar que o mesmo está desempenhando corretamente suas funções. Cabe a administração pública estabelecer políticas de incentivo a criação de

programas sociais que auxiliam os cidadãos a mudar suas condições de vida. Sendo assim, conforme o *síte* do Governo do Brasil (2017) alguns dos principais programas sociais já desenvolvidos pelo governo brasileiro e que hoje em dia recebem auxílio financeiro para manterem-se ativos, ou seja, à disposição da população podem ser classificados em:

- **Programas voltados a Educação:** FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior) e Ciências sem fronteiras.
- **Programas voltados a Saúde:** Mais Médicos e o SUS (Sistema Único de Saúde) e vinculado a ele a Farmácia popular.
- **Programa voltado a Segurança Pública:** PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania).
- **Programa voltado à Moradia:** Minha casa minha vida.
- **Programa voltado à população de baixa renda:** Bolsa Família.
- **Programa voltado à infraestrutura do transporte público:** PROMOB (Programa de Infraestrutura para a mobilidade urbana).
- **Programa voltado aos jovens:** Pronatec Aprendiz (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego).
- **Programa voltado para mulheres:** Casa da Mulher Brasileira.

A população pode vir a participar dos programas conforme seus direitos, sendo que para fazer uso de qualquer um desses benefícios à mesma deve se encaixar nos requisitos previamente estabelecidos e registrados pela administração pública. Exemplo: Pode usufruir do Programa Bolsa Família o grupo familiar que se encaixa nos requisitos estabelecidos pela Constituição no Decreto nº 9.396 no Art. 18, que diz:

O Programa Bolsa Família atenderá às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal per capita de até R\$ 178,00 (cento e setenta e oito reais) e R\$ 89,00 (oitenta e nove reais), respectivamente (BRASIL, 2018).

Deste modo, os recursos públicos repassados para programas sociais por meio do governo têm por objetivo desenvolver junto à sociedade canais que possam estabelecer benefícios como: melhores condições de vida, menor índice de vulnerabilidade e pobreza, oportunidade de o cidadão adquirir conhecimento através do estudo, locomoção, segurança e outros benefícios.

2.4 CONTEXTO SOBRE A REGIÃO DAS MISSÕES

A partir desta seção constam informações com base no COREDE Missões (2015), envolvendo vinte e cinco municípios da Região Sul do Brasil. A Região missioneira é repleta de diversas culturas devido à miscigenação de etnias, mistura essa que vem perdurando desde a criação de cada município até os dias atuais. A mesma faz parte de uma das regiões funcionais do Estado.

Localiza-se ao Sul do Brasil o Estado do Rio Grande do Sul, este que, segundo a Secretária do Planejamento e Desenvolvimento Regional (2011) conta com nove regiões funcionais, as quais estão salientadas no Quadro 2. Cada uma dessas regiões representa um conjunto de microrregiões e destas uma será extraída para análise ao longo do trabalho.

Quadro 2 – Regiões funcionais com suas respectivas Microrregiões

Regiões Funcionais (RF)	Microrregiões
RF1	Metropolitano do Delta do Jacuí, Centro Sul, Vale do Caí, Vale do Rio dos Sinos e Paranhana-Encosta da Serra.
RF2	Vale Rio Pardo e Vale do Taquari.
RF3	Campos de Cima da Serra, Hortênsias e Serra.
RF4	Litoral Norte.
RF5	Sul.
RF6	Campanha e Fronteira Oeste.
RF7	Fronteira Noroeste, Missões, Noroeste Colonial e Celeiro.
RF8	Alto Jacuí, Central, Jacuí Centro e Vale do Jaguari.
RF9	Alto da Serra do Botucaraí, Médio Alto Uruguai, Nordeste, Norte, Produção e Rio da várzea.

Fonte: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional (2011).

O Rio Grande do Sul possui uma vasta diversidade cultural, onde conforme observado dentre as microrregiões anteriormente citadas, está localizado ao noroeste gaúcho a Região das Missões, a qual faz parte da RF7, e conta com o total de 25

municípios dentro do COREDE Missões (Conselho Regional de Desenvolvimento da Região das Missões), são eles: Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória das Missões.

É importante para os cidadãos conhecer o lugar onde vivem, para que compreendam em qual cenário econômico e social estão inseridos. Para isso, a seguir a região e os municípios estudados serão mais bem caracterizados, com base em informações sobre os aspectos culturais e econômicos apresentados por cada um.

2.4.1 Apresentação dos municípios

Essa subseção tem por objetivo apresentar a Região das Missões com base nos municípios que compõem o COREDE Missões, contextualizando de forma sucinta e precisa cada um dos 25 municípios mencionado na seção anterior.

Conforme o *site* da Prefeitura Municipal de **Bossoroca** (2018) o município foi criado em 12 de outubro de 1965, sua base econômica é voltada a cultura da soja, trigo e a pecuária. Seus habitantes têm por características preservar as tradições gaúchas como os bailes de CTG, o chimarrão e o consumo de churrasco.

Caibaté foi criado em 29 de dezembro de 1944, antes se chamava Distrito de Santa Luzia em 31 de dezembro de 1926. Atualmente o território é divulgado como sendo “o coração das Missões” devido seu posicionamento geográfico, o predomínio é da etnia alemã. Caibaté significa “Mato alto com muitas frutas”, devido à força que a agricultura familiar tem sobre o município (WESZ, 2014).

De acordo com o *site* da Prefeitura de Cerro Largo (2017) no ano de 1902 foi fundada a colônia Serro Azul, a qual passou a ser chamada de **Cerro Largo** em 1940, mas apenas em 28 de fevereiro de 1955 o município foi reconhecido em lei com o novo nome. Suas bases econômicas giram em torno da agricultura, indústria e comércio em pleno desenvolvimento, bem como nos investimentos na área de educação.

Conforme a Prefeitura Municipal de **Dezesseis de Novembro** (2013) o mesmo, foi emancipado em 11 de abril de 1988, e é considerado um pequeno município, sendo que sua economia deriva da produção de fumo, soja, sorgo e milho, bem como produtos caseiros como o queijo.

Com base nas informações da Prefeitura de **Entre-Ijuís** (2011) o município foi emancipado em 13 de abril de 1988. Atualmente, ainda conforme a Prefeitura de Entre-Ijuís (2003) sua economia deriva da produção de soja e milho, mas também é influenciada pela criação de gado, comercialização de maquinários para agricultura, vendas do comércio e vendas do varejo.

De acordo com informações retiradas do site da Prefeitura Municipal de **Eugênio de Castro** (2015) teve sua emancipação em 29 de abril de 1988. Sua economia se baseia na agricultura, tendo por principais produtos agrícolas a soja, o trigo e o milho, sendo que a produção leiteira e a pecuária também são fatores de geração de renda. Já no *site* Rotta Missões (2019) **Garruchos** foi emancipado em 20 de março de 1992, visto que a renda do município se baseia na agropecuária com cultivo de grãos como: soja, arroz, trigo e milho.

A Prefeitura municipal de **Giruá** (2013) expõe que a emancipação do município ocorreu no dia 28 de janeiro de 1955. É conhecido como a Capital da produtividade agropecuária, já que possui em média 67 mil hectares agricultáveis, sua economia gira em torno das culturas de soja, trigo, linhaça, milho, canola e girassol.

Guarani das Missões foi emancipado com a denominação "Guarani das Missões" em 31 de janeiro de 1959, por ser de origem indígena o nome se refere aos índios Guaranis que ali habitavam (IBGE, 2017). Sua economia provém do cultivo da soja e criação de gado (URI, 2007). O município de **Mato Queimado** foi emancipado em 01 de outubro de 2000. Sua economia gira em torno da produção agrícola e pecuária, de principalmente grãos (soja, milho e trigo), leite e suínos (SCHOMMER, 2017).

Conforme o *site* da Prefeitura de **Pirapó** (2003) a fundação do município ocorreu em setembro de 1903, sua base econômica é a agropecuária: Criação de gado de corte e leite, bem como o cultivo de soja, milho e Trigo. Já em menor escala, a Piscicultura, pesca, Suinocultura e Ovinocultura.

De acordo com a Prefeitura de **Porto Xavier** (2013) o município teve sua emancipação em 15 de maio de 1966. Faz divisa com a Argentina, possui um porto internacional sobre o Rio Uruguai. Sua economia gira em torno da agricultura (cana-

de-açúcar, soja), pecuária (bovinos, suínos), Usina Coopercana (produção de álcool) e na importação e exportação (cebola, alho, entre outros) através do porto internacional, mas o movimento maior está no comércio. A Prefeitura de **Rolador** (2015) expõe que a localidade foi emancipada em 16 de abril de 1996, e sua economia é centrada na produção agrícola de soja principalmente.

Roque Gonzales foi fundado em 27 de janeiro de 1927. A economia do município se baseia na comercialização de produtos derivados da agricultura, pecuária, leite, do comércio, indústrias de pequeno porte e agroindústria (ROTA MISSÕES, 2019).

Em 1963, foi criado o Distrito de **Salvador das Missões**. Sua emancipação foi em 20 de março de 1992, conforme relata o *site* da Prefeitura de Salvador das Missões (2017) predominam no município as pequenas propriedades rurais, as quais mantêm a atividade econômica em andamento. Sua base econômica é a produção de milho, soja, trigo, mandioca, amendoim, alfafa e cana-de-açúcar.

Emancipado em 22 de março de 1873, **Santo Ângelo** é conhecido como “Capital das Missões” ou “Capital dos Anjos” pelo fato que na época de sua emancipação, as Ruínas de São Miguel pertenciam ao território do município. Possui uma história riquíssima além de belezas naturais e arquitetônicas, sua economia está na exploração agropecuária (soja, milho e trigo) na pecuária, destacam-se as criações de bovinos, suínos e ovinos. O turismo também movimenta a economia do município (BARBOSA, 2018).

Santo Antônio das Missões foi fundado em 12 de outubro de 1965, pelo fato de que onde está situada a sede do município havia sido uma sesmaria denominada “Santo Antônio” pertencente aos jesuítas, “Missões” foi acrescentado devido se localizar na Região Missioneira. Sua economia deriva principalmente da agricultura e pecuária, conforme exposto pela Prefeitura de Santo Antônio das Missões (2014).

O município de **São Luiz Gonzaga**, teve sua fundação em 1687 e emancipado em 03 de junho de 1880. Sua economia gira principalmente em torno da pecuária e agricultura (MEDEIROS, 2009). **São Miguel das Missões** surgiu em 1926, mas foi emancipado município em 19 de abril de 1988. Sua economia gira principalmente em torno da agricultura (plantações de arroz, soja, trigo e milho) da pecuária (criação de ovinos, bovinos e suínos) do comércio e turismo (BARBOSA, 2018).

De acordo com a Prefeitura de **São Nicolau** (2009) o município foi fundado em 1626, mas, se tornou município em 23 de novembro de 1966. Segundo Barbosa

(2018) São Nicolau é considerado um Patrimônio Histórico Nacional Brasileiro, sua economia gira em torno da agricultura, quase que exclusivamente e no plantio de produtos agrícolas. A soja ocupa o lugar de produto mais cultivado, seguido pelo trigo, milho, arroz e mandioca. No site da Prefeitura de **São Paulo das Missões** (2013) consta que o município foi fundado em 1912, mas conquistou emancipação apenas em 06 de maio de 1966. Segundo a pesquisa de Trennepohl e Rauber (2014) a base econômica de São Paulo das Missões é a agricultura familiar e as principais produções são de: leite, suinocultura, soja, milho, fumo, hortifrutigranjeiros, fruticultura e a pecuária com gado de corte.

Conforme o *site* da Prefeitura Municipal de **São Pedro do Butiá** (2017) a fundação do município aconteceu em 1907, mas, emancipado apenas em 20 de março de 1992. Sua economia é baseada no setor agropecuário, com a valorização da suinocultura, o município é composto por pequenas propriedades, sendo a soja, o milho e o trigo os principais produtos cultivados no município.

Sete de Setembro foi emancipado em 1965, e atualmente tem sua economia em torno da produção de grãos e suinocultura (ROTA MISSÕES, 2019). Conforme o Governo do Estado do Rio Grande do Sul (2008) o município de **Ubiretama** teve sua emancipação consolidada em 28 de dezembro de 1995. De acordo com Scherer (2013) a economia do município gira em torno da atividade rural voltada a produção de grãos, como: soja, milho e trigo. Sendo que outra fonte de recursos para o município é a produção de gado leiteiro. Por fim, também faz parte do COREDE Missões o município de **Vitória das Missões**, o qual também conforme informações expostas no *site* do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (2008) teve sua emancipação no dia 20 de março de 1992.

A Região das Missões é marcada por manifestações culturais históricas, as quais introduziram no território gaúcho costumes, religiões, tradições e simbologias que ao longo dos anos estão sendo vistos e transmitidos de geração a geração. Com a diversidade cultural sendo um dos diferenciais da região, a mesma tem recebido investimentos em prol do turismo e com isso têm crescido a valorização e o cultivo de bens patrimoniais como: Sítios Arqueológicos, monumentos, imagens religiosas representadas em estátuas, festividades e manifestações artísticas, entre outros (PINTO, 2012).

Visando melhorias no cenário social do Sul do Brasil, o governo gaúcho criou os Conselhos Regionais de Desenvolvimento na forma da Lei nº 10.228, tendo por finalidade:

[...] a promoção do desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, através da integração dos recursos e das ações de governo na região, visando à melhoria da qualidade de vida da população, à distribuição equitativa da riqueza produzida, ao estímulo à permanência do homem em sua região e à preservação e recuperação do meio ambiente (RS, 1994).

Os COREDEs colaboram para o desenvolvimento e programação de políticas públicas regionais, os mesmos buscam conhecer a realidade social e econômica do Estado qual estão encarregados de analisar. Para os COREDEs só existe desenvolvimento quando há diminuição das desigualdades regionais, e, portanto, melhoria na qualidade de vida da população. Conforme a Fundação de Economia e Estatística, dados de 2017 dizem que população total do COREDE Missões era de 250.041 habitantes, numa área de 12.855,5 km² desde o ano de 2015.

3 METODOLOGIA

A seguir constam informações sobre a estrutura do método de pesquisa a ser utilizado por este trabalho, assim, como também, as técnicas de pesquisa adotadas para analisar o tema central do trabalho e responder aos objetivos do mesmo. Desta maneira, esse estudo subdivide-se em três seções, sendo estas: Tipologia da pesquisa; Amostra da pesquisa e coleta de dados e o Plano de análise dos dados.

3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA

Nessa seção foi detalhada a natureza da pesquisa utilizada no presente estudo, segundo Zikmund e Babin (2012) é considerada pesquisa qualitativa aquela que não tem por objetivo medir variáveis ou se utilizar de procedimentos estatísticos que expressam números, mas sim, o estudo que através do pesquisador busca interpretar dados para extrair seus significados e os converter em informações. Sendo assim, o tipo de pesquisa utilizada por este trabalho é a qualitativa, pois serão retirados do Portal de Transparência do Estado do Rio Grande do Sul os montantes de recursos públicos transferidos para os municípios pertencentes ao COREDE Missões, onde os mesmos serão analisados conforme sua representatividade nos municípios no que se diz respeito a benefícios, melhoria na condição de vida e bem-estar social. Com isso os valores de cada montante não serão avaliados em termos numéricos ou de sua representatividade.

Além desse estudo ser de natureza qualitativa, o mesmo é também uma pesquisa descritiva. Malhotra (2012) expressa que esse tipo de pesquisa tem como principal objetivo caracterizar os perfis de pessoas, grupos sociais, comunidades ou qualquer fenômeno que possa ser analisado. É utilizado por pesquisadores que buscam descrever as condições de habitação da sociedade, ou seja, eles escrevem (põe no papel) o que estão vendo, vivenciando ou descobrindo.

Mediante os pontos apresentados, os dados coletados para a elaboração da pesquisa são tratados como primários, justo que, os dados são do Portal de Transparência Pública do Rio Grande do Sul, porém, cada valor foi coletado uma única vez para fins da pesquisa atual e organizados de acordo com a necessidade desse trabalho. Para Malhotra (2012) dados primários são aqueles que tem sua coleta com

o propósito de atender as necessidades específicas da pesquisa em andamento, ou seja, dados que ainda não estavam organizados, mas que o pesquisador coleta e organiza conforme a necessidade de sua pesquisa.

Para que os dados fossem obtidos não se fez necessário visitar cada prefeitura municipal, e, portanto, os objetivos da pesquisa foram alcançados com base em dados expostos online no *site* do Portal de Transparência Pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, contidos no endereço eletrônico “<http://www.transparencia.rs.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=Transparencia.qvw&host=QVS%40apppro03&anonymous=true>”, o qual será fonte importante para a coleta das informações a serem discutidas neste trabalho.

Portanto, em síntese, este estudo é de natureza qualitativa, com base numa pesquisa descritiva, a qual utiliza dados primários como base para alcançar os objetivos propostos, bem como, responder a problematização deste trabalho.

3.2 AMOSTRA DA PESQUISA E INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Como fonte de informação para a coleta e análise dos dados, nesse estudo, foi realizada uma pesquisa documental, sendo que, foram coletados alguns dados de arquivos e documentos retirados do Portal de Transparência do Estado do Rio Grande do Sul e do *site* do COREDE Missões. Para Severino (2007) documentação é toda forma de registro e sistematização de dados ou informações. A pesquisa documental é aquela à qual permite ao pesquisador analisar e extrair informações relevantes das fontes que serão utilizadas para o desenvolvimento do trabalho, a mesma pode ser dada em três sentidos: como técnica de coleta, de organização e conservação de documentos.

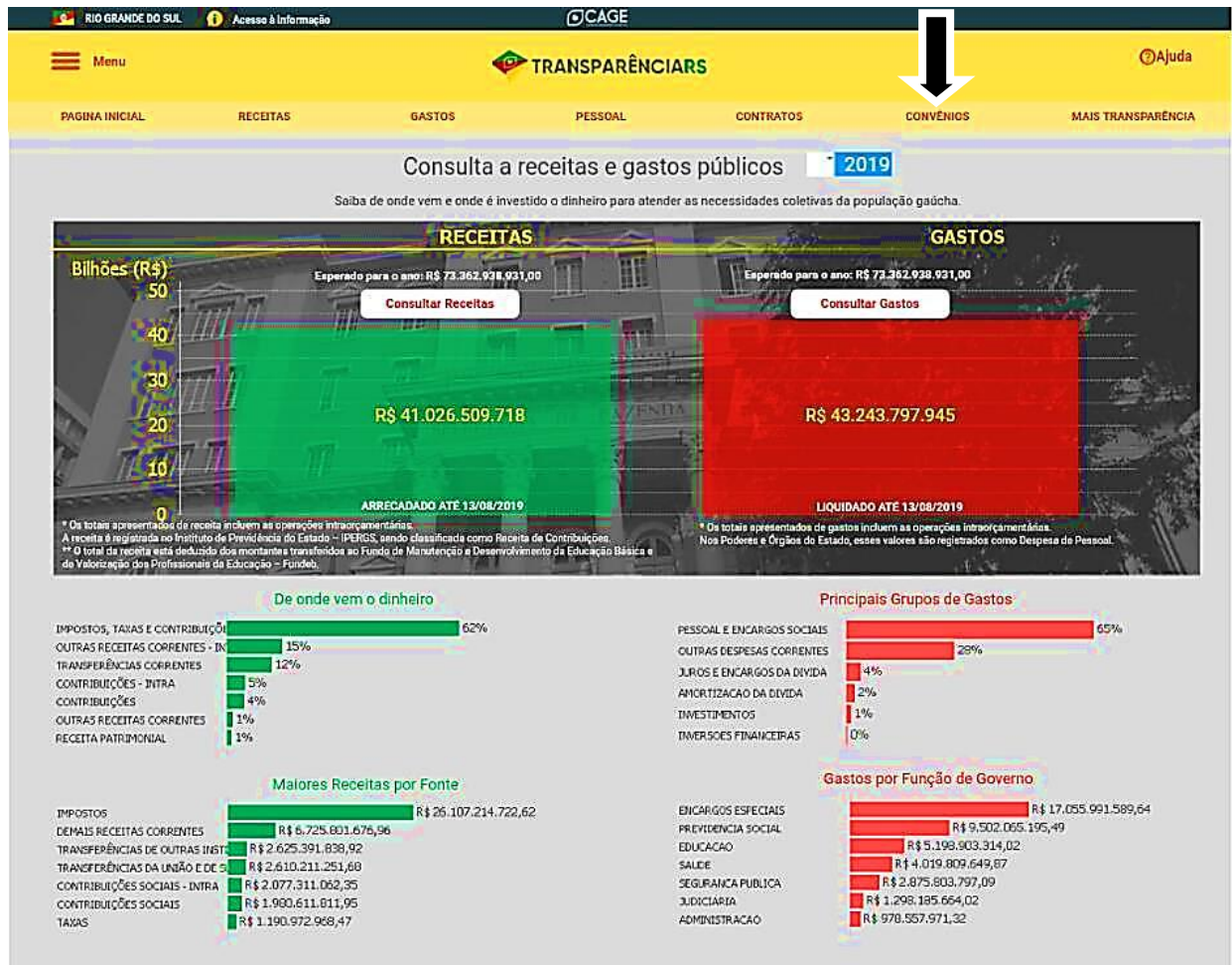
Assim, por se tratar de uma pesquisa documental foram retirados do portal citado, os valores registrados/documentados pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul repassados aos municípios pertencentes ao COREDE Missões, valores estes que são direcionados a programas sociais para garantir padrões mínimos na qualidade de vida da população dos municípios da Região das Missões, com propósito de estabelecer e garantir uma melhor educação, saúde, segurança, locomoção (ir e vir), renda, moradia e bem-estar social.

Para que esse estudo fosse desenvolvido de maneira eficiente, foram analisadas entre o período de 2010 a 2018, cinco áreas essenciais para a população, as quais recebem investimentos financeiros do Estado para que possam manter suas atividades ativas em meio à sociedade, fazendo com que a população possa ter uma melhor condição e qualidade de vida. Logo, as áreas a serem analisadas são: **saúde, educação, segurança, transporte e saneamento básico**. Foi escolhido o período de 2010 a 2018 para ser analisado, pelo fato de considerar-se que a análise de oito anos sanaria os objetivos propostos, proporcionando assim uma base para futuros pesquisadores produzirem novos estudos.

Como principais fontes para coletar os dados necessários na análise, foram utilizados os *sites* oficiais das prefeituras correspondentes a cada município do COREDE Missões, o *site* da Fundação de Economia e Estatística “<https://www.fee.rs.gov.br>” e o Portal de Transparência Pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Do Portal de Transparência, os dados foram coletados uma única vez para serem analisados conforme as necessidades deste trabalho. A seguir, nas próximas páginas, constam em sequência na Figura 1 e Figura 3, os passos a serem executados para obtenção dos montantes de recursos repassados do Governo Estadual para cada município estudado.

Figura 1 – Página inicial do Portal de Transparência do Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: <http://www.transparencia.rs.gov.br/>

Através da figura 1 é possível ser visualizado que após o acesso ao Portal de Transparência, o mesmo fornece ao pesquisador uma barra de opções localizada no topo da página, e caso haja dificuldades na busca por informações existe ainda no canto superior a opção “Ajuda”. Sendo assim, entre as opções de pesquisa, para esse trabalho inicialmente foi escolhida a fonte de recursos por “convênios”.

¹ Disponível em:

<<http://www.transparencia.rs.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=Transparencia.qvw&host=QVS%40apppro03&anonymous=true>>. Acesso em: 30 maio 2019.

Figura 2– Página de preenchimento e coleta de dados do Portal de Transparência Pública do Estado do Rio Grande do Sul

The screenshot displays the 'TRANSPARÊNCIARS' portal interface. At the top, there is a navigation menu with options like 'PAGINA INICIAL', 'RECEITAS', 'GASTOS', 'PESSOAL', 'CONTRATOS', 'CONVÊNIOS', and 'MAIS TRANSPARÊNCIA'. The 'CONVÊNIOS' section is active, showing a search bar and several filter options: 'Iniciados entre', 'Concedente', 'Conveniente', 'Convênio', 'Município', 'Situação', 'Pesquisar objeto do convênio', 'Vigência', 'Faixa R\$', 'CNPJ Conveniente', and 'Tipo de Transferência'. Below the filters, there are buttons for 'Voltar', 'Limpar filtros', and 'Avançar'. A table titled 'Qtz Convênios' is displayed, showing a list of agreements with columns for 'Convênio', 'Concedente', 'Conveniente', 'Município', and 'Valor Convênioado'. The total value is R\$ 1.732.615.022,73. A Google Maps error message is overlaid on the right side of the table, stating 'Esta página não carregou o Google Maps corretamente.' The table data is as follows:

Convênio	Concedente	Conveniente	Município	Valor Convênioado
Total				R\$ 1.732.615.022,73
8/2014	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, T.	ASSOC DE ASSIST AO MENOR EM ONCOLOGIA AMO	NOVO HAMBURGO	R\$ 60.000,00
9/2014	SECRETARIA DA CULTURA	PROJETO VIDA	NOVO HAMBURGO	R\$ 189.000,00
11/2014	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMOM.	ESTADO DO RGS SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	PORTO ALEGRE	R\$ 7.465,00
11/2014	DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM	MUNICIPIO BOA VISTA DO INGRA	BOA VISTA DO INGRA	R\$ 1.499.840,87
12/2014	FUNDAÇÃO DE ESPORTE E LAZER DO RIO GRANDE DO SUL	MUNICIPIO DE BOQUEIRAO DO LEAO	BOQUEIRAO DO LEAO	R\$ 10.504,00
12/2014	DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM	PREF MUN DE FORTALEZA DOS VALOS	FORTALEZA DOS VALOS	R\$ 477.406,37
14/2014	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, T.	CASA DO MENNO JESUS DE PRAGA	PORTO ALEGRE	R\$ 60.000,00
15/2014	FUNDAÇÃO DE ESPORTE E LAZER DO RIO GRANDE DO SUL	MUNICIPIO DE CIRIACO	CIRIACO	R\$ 12.148,10
16/2014	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, T.	ASSOC CONGREGACAO DE SANTA CATARINA	NOVO HAMBURGO	R\$ 58.134,60
17/2014	FUNDAÇÃO DE ESPORTE E LAZER DO RIO GRANDE DO SUL	PREF MUN DE SANTO EXPEDITO DO SUL	SANTO EXPEDITO DO SUL	R\$ 11.212,00
17/2014	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, T.	ASSOC P A EXCEP DE CAXIAS DO SUL	CAXIAS DO SUL	R\$ 59.900,00
18/2014	FUNDAÇÃO DE ESPORTE E LAZER DO RIO GRANDE DO SUL	MUNICIPIO DE ITATIRES DO SUL	ITATIRES DO SUL	R\$ 13.487,00

Fonte: <http://www.transparencia.rs.gov.br/>

Ao clicar em “convênios” o portal direciona o pesquisador a uma nova página repleta de opções, as quais possibilitam a captura de informações relacionadas a qualquer município pertencente ao Estado do Rio Grande do Sul. A figura 2, mostra que antes de serem escolhidas as opções de pesquisa, o próprio sistema já concede algumas informações direcionadas a todos os municípios em forma de tabela.

² Disponível em:

<<http://www.transparencia.rs.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=Transparencia.qvw&host=QVS%40apppro03&anonymous=true>>. Acesso em: 30 maio 2019.

Figura 3 – Exemplo de como vai proceder à coleta dos dados a serem analisados através do Portal de Transparência Pública do Estado do Rio Grande do Sul

The screenshot shows the 'Convênios' section of the portal. The search criteria are:

- Iniciados entre: 01/01/2010 to 31/12/2018
- Concedente: GOVERNO DO ESTADO
- Conveniente: MUNICIPIO DE BOSSOROCA
- Município: BOSSOROCA

 The table below shows the results:

Convênio	Concedente	Conveniente	Município	Valor Convênio
Total				R\$ 1.320.408,24
376/2010	GOVERNO DO ESTADO	MUNICIPIO DE BOSSOROCA	BOSSOROCA	R\$ 15.000,00
479/2012	SECRETARIA DE HABITACAO E SANEAMENTO	MUNICIPIO DE BOSSOROCA	BOSSOROCA	R\$ 79.999,52
427/2012	SECRETARIA DA EDUCACAO	MUNICIPIO DE BOSSOROCA	BOSSOROCA	R\$ 221.655,00
437/2011	SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUARIA E IRRIGACAO	MUNICIPIO DE BOSSOROCA	BOSSOROCA	R\$ 63.238,00
860/2010	DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM	MUNICIPIO DE BOSSOROCA	BOSSOROCA	R\$ 63.000,00
907/2009	SECRETARIA DE OBRAS, SANEAMENTO E HABITACAO	MUNICIPIO DE BOSSOROCA	BOSSOROCA	R\$ 25.000,00
1184/2010	SECRETARIA DE HABITACAO E SANEAMENTO	MUNICIPIO DE BOSSOROCA	BOSSOROCA	R\$ 209.000,00
1676/2011	SECRETARIA DE HABITACAO E SANEAMENTO	MUNICIPIO DE BOSSOROCA	BOSSOROCA	R\$ 20.652,00
1749/2011	SECRETARIA DE OBRAS, SANEAMENTO E HABITACAO	MUNICIPIO DE BOSSOROCA	BOSSOROCA	R\$ 122.398,17
1941/2010	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, P...	MUNICIPIO DE BOSSOROCA	BOSSOROCA	R\$ 42.666,67
2003/2012	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, T...	MUNICIPIO DE BOSSOROCA	BOSSOROCA	R\$ 18.784,00
2424/2011	DEPARTAMENTO AUTONOMO	MUNICIPIO DE BOSSOROCA	BOSSOROCA	R\$ 1.50.000,00

Fonte: <http://www.transparencia.rs.gov.br/>

A figura 3, é um recorte da imagem que surge no portal após o preenchimento de alguns campos. Na opção “Conveniente” é escolhido o município que recebe o recurso do Estado, após isso automaticamente a opção “Município” é preenchida pelo sistema, e então o terceiro campo de preenchimento do pesquisador é o período, ou seja, a data de início e término dos repasses ao município selecionado.

Por fim uma tabela é formada na tela com o número, o ano, o nome e a data de vigência dos convênios criados em específico para o município pesquisado.

Ao se falar do tipo de pesquisa abordada por esse trabalho, está se trata de um censo, pois analisa todos os municípios pertencentes ao COREDE Missões e não uma parcela dos mesmos.

³ Disponível em:

<<http://www.transparencia.rs.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=Transparencia.qvw&host=QVS%40appro03&anonymous=true>>. Acesso em: 30 maio 2019.

Para Gil (2008) quando determinado pesquisador recolhe informações de exatamente todos os integrantes do ambiente pesquisado, se está fazendo um censo. Ainda seguindo essa ótica, o IBGE (2010) mostra que o censo é a principal fonte de dados a ser utilizada por pesquisadores para adquirir conhecimento a respeito da situação na qual a população está vivendo nos municípios. Através dele, podem ser coletadas informações em níveis: nacional, estadual e municipal, as quais ajudam gestores públicos a tomar as melhores decisões possíveis com base em áreas de investimentos prioritários como: saúde, educação, segurança, transporte e saneamento básico. Além disso, o censo permite que o pesquisador identifique os locais que necessitam de programas que estimulem o crescimento econômico e o desenvolvimento social.

Para melhor entender quais municípios pertencem ao COREDE Missões, no Quadro 3, constam informações que irão auxiliar a caracterizar cada um dos vinte e cinco municípios pertencentes a ele, possibilitando compreensão e percepção da extensão territorial assim, como, do número de habitantes de cada município.

Quadro 3 – Informações dos 25 municípios que compõe o COREDE Missões

Município	População/ hab. (2017)	Área/ km ² (2015)	Data de Fundação/ (Emancipação)
Bossoroca	6.373	1.610,6	(1965)
Caibaté	5.076	259,7	1944 (1966)
Cerro Largo	14.287	177,7	1902 (1954-1955)
Dezesseis de Novembro	2.678	227.442	(1988)
Entre-Ijuís	9.231	552,6	(1988)
Eugênio de Castro	2.760	419,3	(1988)
Garruchos	2.906	799,8	(1992)
Giruá	16.382	855,9	(1955)
Guarani das Missões	8.075	290,5	(1959)
Mato Queimado	1.910	114,6	2000 (2001)
Pirapó	2.571	291,7	1903 (1983)
Porto Xavier	10.474	280,5	(1966)
Rolador	2.423	295,0	(1966)
Roque Gonzales	6.981	346,6	1927 (1966)
Salvador das Missões	2.896	94,0	1963 (1993)
Santo Ângelo	79.422	680,5	(1873)
Santo Antônio das Missões	10.638	1.710,9	(1965)
São Luiz Gonzaga	35.176	1.295,7	1687 (1880)
São Miguel das Missões	7.513	1.229,8	(1988)
São Nicolau	5.478	485,3	(1966)
São Paulo das Missões	5.990	223,9	(1966)
São Pedro do Butiá	2.995	107,6	(1992)
Sete de Setembro	2.164	130,0	(1965)
Ubiretama	2.203	126,7	(1995)
Vitória das Missões	3.439	259,6	(1992)

Fonte: Fundação de Economia e Estatística - FEE (2015-2017) e Prefeituras Municipais.

No momento em que as pessoas entram em um campo ou ambiente, elas automaticamente estão coletando e analisando dados, mesmo que simplesmente através da observação (SAMPIERI; CALLADO; LUCIO, 2013). Portanto, o presente trabalho exige uma pesquisa documental, de modo, a coletar os principais dados relacionados a todos os 25 municípios do COREDE Missões, assim como, das cinco áreas de investimento dos recursos públicos, saúde, educação, segurança, transporte e saneamento básico.

3.3 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS

Para interpretação dos dados, foi utilizado o Libre Office Calc, um software livre, o qual permite por meio de planilhas melhor visualização e organização dos dados a serem analisados. Através desse software os montantes de recursos públicos repassados para a saúde, educação, segurança pública, transporte e saneamento básico, serão tabulados.

Após a tabulação dos dados, para cada um dos 25 municípios estudados foram criados dois tipos de tabelas, uma analisando os montantes investidos por cada município nas cinco áreas, e a outra analisando os tipos de convênios que cada área abrangeu. Assim, foi possível se alcançar quais são os municípios que receberam no período de 2010 a 2018 o maior montante de recursos públicos e o menor, bem como, identificar as duas áreas prioritárias onde tais recursos estão alocados nesses municípios, para assim se entender qual o cenário que a Região das Missões apresenta em termos de qualidade de vida da população.

A análise dos convênios contemplados por área busca possibilitar a compreensão de quais critérios são utilizados por parte dos gestores de recursos públicos do Estado do Rio Grande do Sul na criação dos mesmos, assunto este de interesse da maioria da população gaúcha, por influenciar diretamente na infraestrutura dos municípios e no bem-estar de seus residentes.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta os resultados encontrados através da pesquisa realizada no “Portal de Transparência Pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul”. Mediante a aplicação do estudo foram identificados alguns pontos importantes que podem influenciar e/ou ter influenciado nas porcentagens de alguns índices sociais presentes nos municípios de maior e menor montante de recursos públicos da Região das Missões no período de 2010 a 2018, essa interligação com os índices será explicada com base nos resultados encontrados, de modo a responder os objetivos específicos propostos.

Assim, para responder aos objetivos foram criadas cinco seções sendo estas nomeadas de: 4.1 Identificação dos montantes de recursos públicos; 4.2 Reconhecimento de dois municípios; 4.3 Descrição dos convênios; 4.4 Descrição de duas das cinco áreas estudadas; e 4.5 Relacionando a pesquisa com os Índices Sociais.

4.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MONTANTES DE RECURSOS PÚBLICOS

Nessa seção, há o detalhamento dos valores repassados para as áreas de Saúde; Educação; Segurança; Transporte e Saneamento básico, de modo a identificar a quantia total de recursos financeiros aplicados pelo Governo do Rio Grande do Sul durante o período de 2010 a 2018 em cada um dos 25 municípios estudados. Para isso, foi realizado o somatório dessas cinco áreas, assim, como também, a interpretação dos dados utilizando informações de outras pesquisas, de maneira a reforçar as ideias presentes na análise com as afirmações de outros estudos.

Com base nas afirmações destacadas, no Quadro 4, constam os montantes de recursos públicos encaminhados às prefeituras dos municípios membros do COREDE Missões no período de 2010 a 2018, por meio da fonte de recursos por convênios.

Quadro 4 – Montante de recursos públicos por área em reais (R\$)

Município	Saúde (R\$)	Educação (R\$)	Segurança (R\$)	Transporte (R\$)	Saneamento básico (R\$)	Total (R\$)
Bossoroca	10.000	358.655	0	213.097	147.398	729.150
Caibaté	319.733	214.369	0	334.988	25.000	894.091
Cerro Largo	0	567.463	0	47.000	0	614.463
Dezesseis de Novembro	71.986	227.442	0	0	0	299.428
Entre-Ijuís	75.000	328.905	0	1.642.238	25.000	2.071.144
Eugênio de Castro	55.000	205.455	0	0	25.000	285.455
Garruchos	0	122.581	0	35.115	0	157.696
Giruá	702.261	2.062.908	0	350.000	25.000	3.140.170
Guarani das Missões	478.050	302.781	0	320.114	24.452	1.125.398
Mato Queimado	0	131.993	0	188.187	55.766	375.947
Pirapó	81.986	174.120	0	35.115	25.000	316.222
Porto Xavier	46.099	575.961	0	35.115	25.000	682.175
Rolador	0	285.758	0	0	0	285.758
Roque Gonzales	0	384.406	0	63.000	25.000	472.406
Salvador das Missões	57.584	128.770	0	0	25.000	211.354
Santo Ângelo	3.991.561	2.760.188	0	4.594.649	80.000	11.426.400
Santo Antônio das Missões	110.234	642.281	0	63.000	0	815.516
São Luiz Gonzaga	0	2.255.356	0	47.000	25.000	2.327.356
São Miguel das Missões	72.500	338.192	0	183.529	0	594.222
São Nicolau	0	116.602	0	47.000	0	163.602
São Paulo das Missões	0	222.929	0	421.789	80.000	724.718
São Pedro do Butiá	16.631	257.158	0	300.000	0	573.790
Sete de Setembro	0	184.901	0	47.000	0	231.901
Ubiretama	0	421.358	0	0	0	421.358
Vitória das Missões	0	329.392	0	1.047.770	25.000	1.402.162
Total (R\$)	10.152.177	13.599.935	0	10.015.710	637.617	30.341.893

Fonte: Portal de Transparência do Estado do Rio Grande do Sul (RS, 2019).

Os valores expostos no quadro 4, inicialmente foram coletados do “Portal de Transparência do Estado do Rio Grande do Sul” conforme as áreas beneficiadas por cada município, sendo elas divididas em: saúde, educação, segurança, transporte e saneamento básico. Os montantes estão em reais sendo que os centavos foram suprimidos da análise, após isso foram somados dois tipos de totais, um utilizando valores na horizontal e outro com valores na vertical, sendo que os totais na horizontal representam a soma dos montantes de recursos públicos provindos do Estado para

cada um dos 25 municípios do COREDE Missões. Já os totais na vertical indicam a soma dos recursos públicos repassados por área para os 25 municípios.

Sendo assim verificou-se que foi investido o total de **R\$10.152.177,00** na área de **saúde** por meio de convênios durante o período observado, sendo que dentre todos os municípios. Santo Ângelo apresentou maior captação com o montante de R\$3.991.561,00 valor este acumulado entre os anos de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2017, as demais cidades apresentaram receber valores menores ou zero investimentos nessa área. Já o município que menos recebeu investimentos para a área foi Bossoroca como o montante de R\$10.000,00 repassados no ano de 2010.

Conforme a Câmara de Vereadores de Santo Ângelo (2018) foi construído no município uma UPA (Unidade de Pronto Atendimento) a qual teve sua inauguração em 2016, a mesma conta com aparelhos e equipamentos de última geração tecnológica para bem atender as necessidades da população. Assim subentende-se que, o município tem conseguido aprimorar sua estrutura na área da saúde ao longo dos anos, com o auxílio e apoio do Estado do Rio Grande do Sul.

Ao longo do período de 2010 a 2018 conforme descrito pela Prefeitura Municipal de Bossoroca (2018) o município de Bossoroca tem desenvolvido diversas ações, tais como em prol do combate às epidemias, sendo uma delas provocada pelo mosquito "*Aedes Aegypti*" (mosquito transmissor da doença conhecida como dengue), promovendo assim cursos de vigilância e controle para Agentes Comunitários de Saúde, Enfermeiros, Agentes da Primeira Infância Melhor e Agentes de Combate a Endemias com o objetivo de capacitar os funcionários de modo que possam sensibilizar a população a respeito da importância de praticar cuidados simples como limpar calhas, recolher o lixo, não deixar água parada, entre outros, cuidados esses que devem se tornar hábitos.

A Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul baseada nas Informações sobre as ações e programas voltados à Atenção Básica na área da saúde os quais foram desenvolvidos pelo Município de Bossoroca, relata que, os investimentos públicos seguidos da gestão qualificada em saúde refletem diretamente na melhoria da qualidade de vida da população, no aumento da expectativa de vida ao nascer, no aumento do número médio aproximado dos anos que a população de um país vive, na redução de internações por causas sensíveis à atenção básica num determinado espaço temporal - ICSAB (internações são mais dispendiosas do que tratamentos ambulatoriais e prevenção e significam agravamento nas condições de saúde), na redução

da mortalidade, entre outros indicadores de saúde vulneráveis a estes investimentos (RS, 2012).

O município de Santo Ângelo conforme pesquisas aparentou ter investido financeiramente mais em equipamentos, materiais, veículos e outros, na área de saúde, em contraponto ao de Bossoroca, que aparentou ter investido mais em cursos de capacitação além de ter também investido em materiais, equipamentos e veículos. Talvez essa estimativa tenha relação com o valor recebido por cada um dos municípios na área da saúde. Se observado e dividido o valor destinado a essa área pelo número aproximado de residentes em cada município seria percebido que Santo Ângelo recebeu no período cerca de R\$50,00 e Bossoroca cerca de R\$1,00 por pessoa residente.

Na área da **educação** o investimento total foi de **R\$13.599.935,00** onde o município que mais recebeu recursos do governo estadual também foi Santo Ângelo com R\$2.760.188,00 acumulados nos anos de 2011, 2012 e 2013. E o município que menos teve investimento foi Garruchos com o total de R\$122.581,00 acumulados nos anos de 2011 e 2012.

Buscando melhorar a infraestrutura das escolas de Santo Ângelo, a Secretaria de Educação do Município realizou obras para construção de novas salas de aulas, reparos em quadras esportivas, aquisição de brinquedos para utilização principalmente das crianças dos anos iniciais, pintura das paredes escolares, entre outros. Ainda, conforme a Prefeitura Municipal (2016), essas atitudes visam garantir um ambiente mais agradável e adequado para a aprendizagem dos estudantes.

A prefeitura de Garruchos (2014), elaborou um plano específico de educação contendo ideias e sugestões de vários segmentos das comunidades escolares, os quais foram coordenados pela Secretaria Municipal de Educação com apoio do Conselho Municipal, utilizando como principal referência o Plano Nacional de Educação. Com esse Plano, o município pretende desenvolver a educação da população, pois através dele seriam discutidos os problemas enfrentados por essa área, de modo a tentar promover soluções para eles.

Observa-se que tanto Santo Ângelo quanto Garruchos se preocupam com o âmbito educacional e com estratégias que promovam melhorias nessa área. Os montantes repassados permitem que a Administração pública invista na educação, e são de suma importância para que as atividades continuem sendo realizadas normalmente. O futuro da sociedade depende da criança, do adolescente e do jovem

que diariamente convive em meio a um ambiente escolar saudável e repleto de iniciativas que desenvolvam seu olhar criativo.

Na área de **segurança** nenhum município apresentou resultados, ou seja, possivelmente esta área recebeu investimentos em conjunto com outra, entretanto como não constava no Portal acessado o nome do convênio indicando o repasse ser para a área de “Segurança” não foi lhes conferido valores.

O governo do Estado do Rio Grande do Sul (2019), por meio da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica, relata no *site* “RS.gov” que liberou cerca de R\$20.029.014,00 para ser investido na área de Segurança Pública em municípios gaúchos. Segundo o Estado, esse valor será destinado para implantar 480 projetos de modo a qualificar o atendimento da Brigada Militar (BM), Polícia Civil, Instituto-Geral de Perícias (IGP) e Corpo de Bombeiros Militar (CBM), com armamentos, equipamentos, viaturas, entre outros. Os benefícios abrangem 340 municípios em 26 regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), sendo que todos esses projetos serão executados diretamente pela Secretaria da Segurança Pública. O governo Investir em Segurança Pública é importante para a construção do equilíbrio em uma sociedade.

Com relação à área de investimento em **transporte**, observa-se que aproximadamente **R\$10.015.710,00** foram repassados ao todo para os vinte e cinco municípios, embora a distribuição desse montante tenha sido provavelmente conforme a necessidade ou até mesmo devido o número de residentes em cada município. Tendo em vista esse montante, Santo Ângelo recebeu o maior valor de investimento em convênios sendo de R\$4.594.649,00 o qual foi repassado no ano de 2010. Entretanto, de todos os municípios três deles apresentaram receber o menor montante, sendo no valor de R\$35.115,00 e ambos em 2010, são eles: Garruchos, Pirapó e Porto Xavier.

A Administração de Santo Ângelo tem investido em obras de pavimentação asfáltica e recuperação de vias urbanas, segundo o *site* da Prefeitura Municipal (2016), de modo, a proporcionar infraestrutura para a cidade. Conforme o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER, 2018) em 2018 a ERS-176 entre esse Garruchos e Santo Antônio recebeu serviços de revestimento primário para melhorar as condições de trafegabilidade.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Pirapó (2019) a Secretaria Municipal de Obras e Viação também apresentou métodos de melhorar a infraestrutura do

município na área de transporte, com o passar dos anos a Administração pública tem investido em operações de recuperação de ruas, principalmente recuperando asfaltos em algumas ruas do perímetro urbano.

Porto Xavier também têm investido em ações voltadas a recuperação de estradas, tanto no meio urbano quanto no rural. De acordo com a prefeitura do município (2018), equipes de funcionários públicos têm prestado serviço contínuo de limpeza na zona urbana, sendo de: capinagem no entorno do local de Assistência Social, corte de grama aos arredores das estradas, limpeza e pintura da praça, entre outros.

Investimentos na área de transporte como em estradas pavimentadas, buscam proporcionar qualidade e segurança no trajeto que muitos motoristas percorrem diariamente. É importante que o governo estadual repassa verbas para obras na área de transporte, pois, o direito de ir e vir de todo o cidadão não pode ser privado, quanto mais reparos e investimentos nessa área houver, com mais agilidade as pessoas poderão se locomover e estarem satisfeitas com a gestão dos recursos públicos em seus municípios.

Por fim, referente a quinta e última área analisada, **saneamento básico**, foi observado que o total repassado após o somatório dos 25 municípios foi de **R\$637.617,00** onde entre eles o que mais recebeu investimentos foi Bossoroca com R\$147.398,00 acumulados nos anos de 2010 e 2018, e o que menos recebeu foi Guarani das Missões, com o total aproximado de R\$24.452,00 adquiridos em 2010 e 2018.

Conforme a Prefeitura Municipal de Bossoroca (2012), com objetivo de melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental, foram reunidos os responsáveis pelo serviço de saneamento básico do município, e outros órgãos governamentais, além da população residente no município, para discutir, de forma organizada, participativa e democrática, sobre medidas que possam ser formuladas e implementadas no município nessa área. Assim, foi criado um Plano Municipal de Saneamento Básico o qual expõe informações sobre o solo de diversas partes da área territorial do município, de modo a conscientizar o leitor sobre os danos causados ao solo devido o descarte irregular dos resíduos sólidos.

Guarani das Missões também possui um Plano Municipal estruturado de Saneamento básico, seu território é composto praticamente 100% pelo bioma Mata Atlântica. Seu IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano) é de 0.737, ou seja, o

município apresenta um bom índice pois esse número é próximo de 1 (INFOSANBAS, 2010).

Tendo em vista essas análises, fica claro a importância que cada uma das cinco áreas abordadas por esse trabalho, tem, frente a Administração Pública e a sociedade em geral. Observa-se que, todos os municípios estudados apresentaram investir em algum tipo de ação que promovesse melhores condições na qualidade de vida da população, seja ela voltada a infraestrutura, capacitação dos funcionários públicos, aquisição de equipamentos, aquisição de veículos para a área de saúde, entre outros.

Dessa forma, para a área de saúde verificou-se que os investimentos foram em função de melhorar o atendimento da população e o acesso aos serviços dessa área. Em relação a educação, foram realizadas obras em escolas aumentando a infraestrutura e qualidade no ensino. Na área de segurança foram investidos em equipamentos e cursos para a brigada militar e os órgãos públicos que exercem o importante papel de zelar pela ordem dos municípios. Ao se referir a transporte a maioria dos investimentos foram em pavimentação asfáltica, e na área de saneamento básico os municípios optaram por seguir seu plano de investimentos com objetivo de reduzir os impactos causados pelos resíduos ao meio ambiente.

4.2 RECONHECIMENTO DE DOIS MUNICÍPIOS

De modo a responder o segundo objetivo específico desenvolvido para esse trabalho, nessa seção serão identificados e descritos dois dos vinte e cinco municípios observados, um deles por ter apresentado receber o maior montante de recursos públicos, do governo estadual, e o outro, por ter recebido o menor montante.

Conforme a afirmativa ressaltada anteriormente, após observação das informações expostas no Quadro 4, verificou-se que Santo Ângelo foi o município que mais recebeu investimentos durante os oito anos analisados por essa pesquisa, tendo o total transferido de R\$11.426.400,00 para investimento, com destaque na área de transporte no valor de R\$4.594.649,00. Uma das principais características do município frente aos demais, é que o mesmo possui cerca de 79.422 habitantes (FEE, 2015) o que representa mais que o triplo de habitantes em comparação aos outros municípios.

Ainda de acordo com o Quadro 4, o município que menos recebeu investimentos no período foi Garruchos, sendo que, o mesmo possui cerca de 2.906 habitantes (FEE, 2015) e assim, como, Santo Ângelo, também obteve destaque na área de transporte por ter recebido cerca de R\$35.115,00 para serem investidos em infraestrutura e materiais ligados a essa área.

A seguir, com propósito de ampliar o conhecimento do leitor, serão descritas algumas características e curiosidades sobre esses dois municípios estudados, além das que já foram salientadas anteriormente.

O *Blog Rodosoft Tecnologia* (2016), relata algumas informações sobre Santo Ângelo, nele consta que o município é conhecido como a “Capital das Missões” e foi colonizado por alemães, italianos, poloneses e outros grupos vindos da Europa. Atualmente é visto como uma cidade encantadora repleta de pontos turísticos, sendo alguns desses a (o):

- **Catedral Angelopolitana** - Criada em 1929, com o passar dos anos tem sido restaurada e aberta ao público para visitação, acomoda em sua área interna cerca de 800 pessoas. O designer da Catedral é diferenciado e homenageia os Sete Povos das Missões, além disso, possui em seu interior uma imagem esculpida em madeira (cedro) de Jesus. Sua localização é frente a praça municipal Pinheiro Machado.
- **Museu Municipal Dr. José Olavo Machado** - Está localizado no centro histórico do município, Rua Antunes Ribas, próximo a Prefeitura e a Catedral Angelopolitana. O museu possui um acervo repleto de histórias regionais, bem, como, materiais arqueológicos que vão desde o período que antecede à chegada dos jesuítas até a história atual da cidade.
- **Memorial Coluna Prestes** - Está Localizado num Prédio construído em 1921 pertencente a antiga estação férrea. O memorial possui em seu acervo fotografias, documentos e outros materiais que revelam histórias sobre a grande marcha.
- **Cascata do Comandáí** - Está localizada na divisa entre Santo Ângelo e Giruá, possui queda de água com mais 12 metros de altura. Essa cascata encanta turistas, sendo que muitos acampam no local e consideram a área propícia para o lazer.

De acordo com a Prefeitura de Santo Ângelo (2014) o município foi fundado dia 12 de agosto de 1706 pelo Jesuíta Diogo de Haze, e emancipado segundo a Lei nº 835 de 22 de março de 1873. Para fins de localização, o mesmo situa-se na Encosta Ocidental do Planalto Médio Rio-Grandense, Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Zona Fisiográfica das Missões.

O município de Garruchos está localizado próximo a São Nicolau, Santo Antônio das Missões e São Borja. Conforme o *site* Rota Missões (2019) os principais destaques da localidade é a agropecuária, especialmente voltada ao cultivo de soja, arroz, trigo e milho. Um dos principais atrativos do município é ser banhado pelo Rio Uruguai, tendo cerca de 80 quilômetros de costa propícia para a pesca.

Esse município foi emancipado em 20 de março de 1992, pela lei estadual nº 9.609/92. O mesmo, tem seu nome oriundo da garrucha (lâmina em forma de meia-lua, presa na ponta de uma vara de madeira) usada especialmente para desgarronar animais. Instrumento esse criado anos atrás pelos próprios garruchos, para caçar.

Tendo em vista a soma de todas as áreas, observou-se então que **Santo Ângelo** obteve o total aproximado de **R\$11.426.400,00** e **Garruchos** de **R\$157.696,00**. Portanto, ao verificar as curiosidades de cada município percebe-se que ambos possuem características próprias, bem, como, pontos turísticos variados e número de habitantes diferenciados. Entretanto, tem em comum o apreço dos brasileiros por suas belezas naturais e o amparo do governo federal para ampliar a infraestrutura dos municípios de modo a atender as necessidades da população.

4.3 DESCRIÇÃO DOS CONVÊNIOS

Na sequência estão descritos os tipos de convênios contemplados por área pelo município de **Santo Ângelo** o qual apresentou receber o maior montante de recursos públicos, e também, pelo município de **Garruchos** por ter recebido o menor montante. Para facilitar a observação do leitor foram criados seis quadros explicativos, onde quatro deles são destinados a Santo Ângelo e vão do número 5 ao 8, e os outros dois destinados a Garruchos sendo eles quadros 9 e 10. Em todos os quadros constam: o número e o ano em que o convênio foi criado, o nome de cada convênio, a data em que entrou em vigência, e o valor investido.

Além disso, antes da análise dos convênios, é importante ser destacado o que são eles e para qual finalidade são criados. Portanto conforme o Tribunal de Contas da União (TCU, 2013) convênios são acordos, ajustes ou quaisquer outros instrumentos que disciplinam a transferência de recursos financeiros dos Orçamentos da União visando a execução de programas desenvolvidos pelo governo, envolvendo a realização de projetos, atividades, serviços, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação. De um lado deve estar como participante o Órgão da Administração Pública Federal Direta, autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e, de outro, órgãos ou entidades da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas que não possuem fins lucrativos.

Sendo assim, no quadro 5 constam os convênios voltados a área da saúde do município de Santo Ângelo, os quais estão ordenados de forma crescente conforme seu ano de criação.

Quadro 5 - Convênios criados para Santo Ângelo na área da saúde

SANTO ÂNGELO: CONVÊNIOS (SAÚDE)			
Nº/ANO	NOME	VIGÊNCIA	VALOR
769/2011	Aquisição de Carro para a Vigilância Sanitária - Combate à Dengue	08/11/2011	R\$63.000,00
1939/2012	Aquisição de Medicamentos - Hospital de Caridade S.A.	10/08/2012	R\$475.000,00
2265/2012	Construção de Módulos Sanitários - Interior SA	16/07/2012	R\$72.198,00
1904/2013	Aquisição de um Tomógrafo para atendimento SUS	07/11/2013	R\$900.000,00
405/2014	Ampliação da Und. Func. de internação do SUS - Hospital Caridade	29/05/2014	R\$2.300.000,00
803/2017	Aquisição de Equipamentos para a Assoc. do Hospital de Caridade	23/10/2017	R\$181.363,00
TOTAL			R\$3.991.561,00

Fonte: Portal de Transparência do Estado do Rio Grande do Sul (RS,2019).

O Quadro 5 foi criado com propósito de apresentar de forma organizada os convênios criados com partes dos montantes de recursos públicos transferidos ao Município de Santo Ângelo no decorrer de oito anos, vale ressaltar que todas as informações contidas nesse quadro podem ser encontradas facilmente no *site* da Transparência do Rio Grande do Sul.

É possível ser visto que apenas entre os anos de 2011 e 2017 o município de Santo Ângelo recebeu investimentos por meio de convênios na área de saúde, somando então aproximadamente R\$3.991.561,00. Observou-se ainda, que, a maioria desses convênios foram voltados a aquisição de algum bem ou equipamento que se faz necessário para o atendimento público de qualidade a população.

“Saúde” pode ser definida como um certo Estado físico humano, em que há o bem-estar físico, mental e social e não meramente a ausência de uma doença. A Administração pública tem a responsabilidade de proteger e promover a saúde dos indivíduos e da população a que eles servem. Isso pode ser feito por meio de ações e investimentos nas áreas que mais interferem na qualidade de vida dos cidadãos. Investimentos na área da saúde devem ser vistos como algo benéfico primeiramente para os indivíduos, algo que causa melhores condições de vida, e sucessivamente então o desenvolvimento (BRASIL, 2007).

No Quadro 6, estão listados os convênios direcionados a área de educação do Município de Santo Ângelo, de modo a provocar o leitor deste trabalho a refletir sobre quais setores receberam mais investimentos nesse período e se existiram melhorias na qualidade de vida da população por conta da criação desses convênios.

Quadro 6 - Convênios de Santo Ângelo na área de Educação

SANTO ÂNGELO: CONVÊNIOS (EDUCAÇÃO)			
Nº/ANO	NOME	VIGÊNCIA	VALOR
5201/2010	Transp. de Alunos o Ens. Médio e Fund. do Meio Rural	01/01/2011	R\$312.000,00
242/2011	Ações educativas	26/08/2011	R\$15.540,00
244/2011	Ações educativas	26/08/2011	R\$15.540,00
271/2011	Ações educativas	26/08/2011	R\$14.208,00
399/2011	Ações educativas	26/08/2011	R\$12.768,00
1875/2011	Programa Bolsa de Estudos -	24/01/2012	R\$316.800,00
904/2012	Transp. de Alunos da rede pub. est. da educação básica do Meio Rural	01/03/2012	R\$386.989,00
3801/2012	Ações educativas	18/12/2012	R\$48.522,24
3803/2012	Ações educativas	18/12/2012	R\$19.722,36
3804/2012	Ações educativas	18/12/2012	R\$39.444,72
3941/2012	Ações educativas	18/12/2012	R\$98.611,80
3011/2013	Melhoria da Educação especial em rede conveniada	27/12/2013	R\$1.480.042,64
TOTAL			R\$2.760.188,00

Fonte: Portal de Transparência do Estado do Rio Grande do Sul (RS,2019).

Verifica-se que em média R\$2.760.188,00 foram transferidos de 2011 a 2013 para convênios direcionados a ampliar a infraestrutura da área de educação, sendo que, a maior parte desse montante foi destinado para o convênio intitulado de “Melhoria da educação especial em rede conveniada”, isso significa que, o governo tem demonstrado preocupação com a formação de pessoas com algum tipo de deficiência.

Com propósito de incentivar o aprendizado por parte de pessoas com debilidades cerebrais, ou algum outro tipo de deficiência, escolas públicas têm recebido recursos governamentais para compra de materiais como, computadores, laptops; Implementação de salas de recurso multifuncionais; Obras voltadas para a acessibilidade, entre outros investimentos (BRASIL, 2018).

O Quadro 7, demonstra em qual convênio foi investido recursos públicos visando melhorias na área de transporte para bem atender a população. Através desse convênio exposto é possível que o pesquisador compreenda a importância de investimentos ligados a esse setor. Na medida em que a população se mostra satisfeita ou indignada com a administração dos recursos públicos por parte dos gestores públicos, significa que mais participativas dos assuntos que cercam seu município elas estão.

Quadro 7 - Convênios de Santo Ângelo na área de Transporte

SANTO ÂNGELO: CONVÊNIO (TRANSPORTE)			
Nº/ANO	NOME	VIGÊNCIA	VALOR
3731/2010	Pavimentação asfáltica ao distrito Buriti	02/07/2010	R\$4.594.649,00
TOTAL			R\$4.594.649,00

Fonte: Portal de Transparência do Estado do Rio Grande do Sul (RS,2019).

Como pode ser visualizado, esse quadro contém apenas um item, ou seja, durante o período de 2010 a 2018 apenas um convênio na área de transporte recebeu recursos financeiros do governo estadual, valor esse repassado em 2010. Assim, o convênio contemplado foi de “Pavimentação asfáltica ao distrito Buriti” localizado no município de Santo Ângelo, que, de acordo com a Prefeitura Municipal (2015) às obras de pavimentação asfáltica das vias internas da Vila Buriti e o asfaltamento do acesso a Comunidade Luterana Concórdia já foram realizadas, esses investimentos

têm sido incentivados pela Administração pública do município, com intuito de beneficiar as comunidades residentes no distrito, bem como, nos arredores.

No Quadro Consta que aproximadamente R\$4.594.649,00 foram transferidos para obras de pavimentação, porém, apesar de o nome do convênio ser referente ao distrito do Buriti, provavelmente parte desse valor deve ter sido encaminhado a outras obras de infraestrutura no município.

Ainda sobre Santo Ângelo, no Quadro 8, estão algumas informações relacionadas ao convênio que recebeu investimentos na área de saneamento básico. É importante a participação da sociedade em meio às questões públicas, pois a própria população acaba se tornando fiscal dos paradeiros de recursos investidos.

Quadro 8 - Convênios de Santo Ângelo na área de Saneamento Básico

SANTO ÂNGELO: CONVÊNIO (SANEAMENTO BÁSICO)			
Nº/ANO	NOME	VIGÊNCIA	VALOR
1879/2012	Implantação de duas redes de água	18/06/2012	R\$80.000,00
TOTAL			R\$80.000,00

Fonte: Portal de Transparência do Estado do Rio Grande do Sul (RS,2019).

Assim como a área de transporte, o Quadro 8, mostra que apenas em um convênio na área de saneamento básico foi investido recursos públicos apenas em um convênio, o qual é referente a “Implantação de duas redes de água”. Nessas ações foram transferidos aproximadamente R\$80.000,00.

Conforme o Governo do Estado do Rio Grande do Sul (2014), foram assinados contratos de financiamento para investimento em esgotamento sanitário com o município de Santo Ângelo e Ijuí. Algumas ações e medidas de proteção ambiental visando melhor qualidade de vida da população na região também serão desenvolvidas ao longo dos anos. Serão construídas estações de bombeamento e implantados redes de esgotos nas localidades carentes desse tipo de recurso.

A seguir estão detalhados os convênios do município de **Garruchos** por ter recebido o menor valor repassado pelo Estado do Rio Grande do Sul dentro das cinco áreas analisadas. No Quadro 9, constam dois convênios que foram criados especialmente para a área de educação, os dois falam de transporte, entretanto, são direcionados a benefícios educacionais.

Quadro 9 - Convênios de Garruchos na área de Educação

GARRUCHOS: CONVÊNIOS (EDUCAÇÃO)			
Nº/ANO	NOME	VIGÊNCIA	VALOR
4930/2010	Transp. de Alunos o Ens. Médio e Fund. do Meio Rural	01/01/2011	R\$53.000,00
742/2012	Transp. de Alunos da rede pub. est. da educação básica do Meio Rural	01/03/2012	R\$69.581,00
TOTAL			R\$122.581,00

Fonte: Portal de Transparência do Estado do Rio Grande do Sul (RS,2019).

O Quadro 9, contém os convênios criados na área de educação para o município de Garruchos, sendo que, o total de R\$122.581,00 foi transferido do governo estadual para os convênios entre 2010 e 2012. A prefeitura de Garruchos (2019) expôs em seu *site* um edital para contratação de empresas, com o objetivo de executar serviços de Transporte Escolar para atender os alunos especialmente residentes da zona rural do município. Ao longo dos anos, além das ações mencionadas anteriormente, outras também foram desenvolvidas objetivando proporcionar mais qualidade no ensino e acessibilidade para que os cidadãos possam usufruir de seus direitos, como reparos nos prédios escolares, aquisição de materiais, livros entre outros.

Por fim, a seguir o quadro 10, mostra que durante o período de 2010 a 2019 na área de transporte apenas um convênio recebeu recursos do governo.

Quadro 10 - Convênios de Garruchos na área de Transporte

GARRUCHOS: CONVÊNIOS (TRANSPORTE)			
Nº/ANO	NOME	VIGÊNCIA	VALOR
809/2010	Recuperação de Estradas que sofreram danos por eventos climáticos	19/02/2010	R\$35.115,00
TOTAL			R\$35.115,00

Fonte: Portal de Transparência do Estado do Rio Grande do Sul (RS,2019).

Na área de transporte Garruchos recebeu investimento público apenas para recuperação de estradas que sofreram algum tipo de dano devido a eventos climáticos, assim, o valor transferido foi de R\$35.115,00 no ano de 2010.

Uma estrada tem sua recuperação necessária por conta de vários fatores, entre eles existe o fato de ter sofrido algum tipo de dano conforme o ambiente a qual está localizada, ou seja, estradas na zona rural geralmente exigem após grandes períodos de chuva, reparos diferentes que em caso de estradas asfaltadas.

A prefeitura de Garruchos (2015) expôs em seu *site*, que, mobilizou a comunidade e entidades para recuperar trechos de estradas no município, as obras de reparo seriam feitas por uma empresa terceirizada, entretanto devido algumas complicações funcionários da própria Prefeitura vem trabalhando com patrôas, mas como são necessários outros equipamentos e materiais entidades da população estão fornecendo, e assim, ajudando para que os reparos sejam concluídos.

4.4 DESCRIÇÃO DE DUAS DAS CINCO ÁREAS ESTUDADAS

Nessa seção duas áreas foram ser classificadas como sendo prioritárias, e para isso, antes foram observadas as áreas que mais receberam investimentos primeiramente por parte do município de Santo Ângelo e na sequência por parte de Garruchos. Depois disso, para escolha das duas áreas prioritárias, será levado em consideração o montante agregado por cada uma, sendo que de cada município irá ser analisado e descrito apenas uma área, essa que apresentar ter recebido o maior valor de transferências de recursos públicos.

Nos quadros apresentados nas seções anteriores pode-se observar que, no município de Santo Ângelo as duas áreas prioritárias onde os recursos públicos foram destinados são: saúde e transporte, já em Garruchos foram: educação e transporte. A área de saúde de Santo Ângelo somou aproximadamente R\$3.991.561,00 e a de transporte R\$4.594.649,00 ambas as áreas necessitam de atenção principalmente por parte do governo por serem importantes para a população. Porém, apurou-se que em **transporte** o montante transferido foi maior, assim, essa será considerada a área que mais aparentou prioridade de investimentos no período dos oito anos estudados.

Para o município de Garruchos na área de educação foi transferido um total aproximado de R\$122.581,00 e na de transporte cerca de R\$35.115,00. Novamente a área de transporte aparece como uma das áreas onde mais o governo tem transferido verbas. Entretanto, verifica-se que em educação o valor transferido é maior, por esse motivo irá ser considerado como área prioritária nesse município a de **educação**.

Conforme o G1 (2017) investimentos em infraestrutura podem auxiliar um país a superar a crise, sendo que alguns dos fatores que contribuem para isso são, primeiramente os montantes de recursos públicos investidos nesse setor, e segundo,

a pavimentação ou recuperação de estradas, portos e aeroportos, por serem locais de constante circulação de pessoas e cargas de produtos.

Aumentar a qualidade da infraestrutura de transportes é justamente uma ferramenta para superar a crise. Outro benefício é que a população consegue se deslocar mais facilmente, e além disso, as ofertas de emprego podem crescer, gerando assim, impacto positivo na economia do país. Entretanto esses investimentos não devem depender apenas do governo para existir, para que as mudanças ocorram é necessário apoio de investidores e da própria população (G1, 2017).

Assim como os investimentos em transporte, as transferências de recursos públicos desempenham importante papel na atividade econômica e social de um país, pois visam a qualidade do ensino da população. É imprescindível que melhorias nessa área pois é uma das que mais impacta diretamente na vida e no futuro dos cidadãos (LEDESMA; LÖBLER, s.d.)

É importante que ao se falar em educação, seja sempre discutida também a importância dos professores no âmbito educacional. Sabe-se que para os indivíduos conquistarem uma boa colocação no mercado de trabalho é preciso dedicação própria, entretanto, é também importante o incentivo por parte dos pais e professores que formam uma boa base para ensinar.

De acordo com Guimarães (2014), os professores influenciam na educação do cidadão do amanhã, e algumas medidas que podem construir um bom profissional são a qualidade da formação dos mesmos e a valorização desta carreira. Essa valorização pode se dar através do salário, mas também, de melhores condições de trabalho. Mesmo que os retornos sejam a longo prazo, é necessário que os professores sejam valorizados e acima de tudo respeitados e reconhecidos.

Observa-se que, investimentos na área de transporte e educação são importantes não só para o cidadão como indivíduo, mas também para o desenvolvimento do município, governo e país, o qual ele faz parte. Aplicar os recursos públicos em medidas que proporcionem qualidade de vida a sociedade, deve ser a prioridade de qualquer órgão público.

4.5 RELACIONANDO A PESQUISA COM OS ÍNDICES SOCIAIS

O estudo dos Índices Sociais é importante para que os pesquisadores compreendam a eficácia dos repasses públicos, bem como, para que os responsáveis pela Administração Pública do país possam verificar em que patamar a qualidade de vida da sociedade se encontra, em vista de outros países. Esse comparativo é necessário para que haja constantemente ações que possam gerar desenvolvimento social.

Entende-se que a melhora dos indicadores de desenvolvimento social tem relação com a eficiência da gestão pública, sendo que, essa pode ser considerada um princípio constitucional, onde a Administração Pública deve realizar suas funções com o máximo de presteza, de modo a ter rendimento funcional. Essa eficiência na gestão pública também pode ser conquistada através do controle dos gastos públicos e da transparência na aplicação dos recursos (MAIA FILHO, 2015).

Com relação a gestão pública, quanto melhor é a administração das contas da prefeitura, das aquisições de materiais ou equipamentos, contratações de empresas e funcionários terceirizados, entre outros, melhor será o desenvolvimento dos serviços públicos, pois assim, mais recursos poderão ser investidos em ações que melhoram a qualidade de vida da população, o que sucessivamente repercute nos indicadores sociais de cada município. Sem dúvida, a boa gestão pública é fundamental para a qualidade dos serviços públicos oferecidos pelo município, pois é através dos montantes que equipamentos e materiais são adquiridos e proporcionados para os cidadãos (DUARTE; LIMA, 2013).

Fatores externos, além da administração interna dos municípios, também influenciam no desenvolvimento de uma cidade. Os índices de Desenvolvimento Municipal resumidamente podem ser medidos através da observação de dados relacionados a qualidade da educação, saúde, emprego e renda (DUARTE; LIMA, 2013).

De acordo com o portal “Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil” (s.d) Santo Ângelo apresentou no ano de 2010 em termos de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de aproximadamente 0,772 o qual é considerado alto, e índice de renda per capita de 0,765 seguido da longevidade, ou seja, esperança de vida ao nascer com índice de 0,863, sendo que referente a educação o índice foi de 0,696. É importante ressaltar que, quanto mais próximo de 1 for o índice significa que

mais desenvolvimento social o município tem. Em comparação, o município de Garruchos apresentou no ano de 2010, IDH de 0,671 o qual é considerado médio, renda per capita de 0,657 e índice de longevidade de 0,833 sendo que, o índice que mede as proporções em que crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos na área de educação, apresentou ser de 0,553.

O (IDH) baseia-se em três principais indicadores: Educação, Saúde e Renda, através da observação e análise dessas variáveis se torna possível comparar todos os países do mundo, bem, como, mensurar a resposta de determinado país frente a essas importantes demandas (MOTA, 2019).

Quanto mais o governo investir nesses índices, mais qualidade de vida e bem-estar social as pessoas vão ter, assim, mais desenvolvimento econômico o país vai apresentar. Aos poucos, mais pessoas capazes de viver dignamente com saúde, emprego e renda fixa poderão existir, após essa conquista o país então poderá ser considerado desenvolvido. Os índices sociais representam muito mais que números, estão ligados diretamente com a evolução do país e a eficiência de sua administração.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inserido no tema políticas públicas, está a transparência na gestão pública, onde conforme visto no decorrer desse trabalho é importante estudá-la, para que órgãos públicos possam identificar através desses estudos que a população tem sim interesse de se manter informada sobre os assuntos que atingem ou norteiam as decisões tomadas pela administração presente nos municípios em que residem.

Sendo um dos importantes papéis dos gestores públicos a redistribuição dos montantes transferidos do governo estadual, para benefícios sociais, visando à redução das desigualdades humanas e o aumento da qualidade de vida da população, esperou-se que houvessem investimentos em cinco áreas, saúde, educação, segurança, transporte e saneamento básico.

Após **identificado os montantes de recursos públicos distribuídos do governo estadual para os municípios integrantes do COREDE Missões no período de 2010 a 2018**, observou-se através desse trabalho, que, dentre os 25 municípios pertencentes ao COREDE Missões, um deles apresentou ter recebido mais recursos públicos que todos os outros, esse município foi Santo Ângelo, o qual curiosamente, não se destacou em todas as cinco áreas, e sim, apenas no setor de saúde, educação e transporte. Os montantes transferidos para cada um dos 25 municípios foram identificados na “seção 4.1”.

Na sequência foram **identificados os dois municípios que receberam maior ou menor montante de recursos públicos**, entre os estudados, onde observou-se que, embora tenha sido importante o estudo do município de Santo Ângelo, se fez ainda mais interessante o comparativo entre ele e Garruchos, o qual após terem sido coletados os valores transferidos do governo através no Portal de Transparência Pública, demonstrou nitidamente ter recebido o menor valor de recursos, informação essa respondida na “seção 4.2”.

Ao verificar os **convênios contemplados por área aos municípios que receberam maior ou menor montante de recursos públicos**, as diferenças entre os dois municípios citados anteriormente, ficaram ainda mais visíveis. Para Santo Ângelo as oportunidades de investimentos em materiais, equipamentos, veículos, obras asfálticas, entre outros, que a população pode usufruir, foram bem mais fornecidas. Entretanto, Garruchos também recebeu verba para melhorar a infraestrutura do município, mas, em menor escala, provavelmente proporcional ao

tamanho territorial do município e ao número de residentes no mesmo. O objetivo específico relacionado aos convênios de Santo Ângelo e Garrucho foi respondido na “seção 4.3”.

Após a identificação e caracterização desses dois municípios, partiu-se para **descrição de duas das áreas estudadas, as quais foram classificadas como sendo prioritárias** em cada um deles. Em Santo Ângelo o destaque foi na área de “transporte”, o que fez surgir a reflexão do quão importante são os investimentos em infraestrutura e como eles podem ser meios de um país superar a crise. Em Garruchos o destaque foi na área de “educação”, assunto esse que remete a importância da valorização dos professores, podendo ser não só através do salário, mas também, de melhores condições de trabalho. Essas informações foram observadas na “seção 4.4”.

Por fim, **o estudo relacionou os índices sociais com os temas abordados** ao longo desse trabalho, assim, foi verificado que diversos fatores influenciam no desenvolvimento local de um município, entre eles, as transferências de recursos públicos e a administração destes. Ainda, observou-se que conforme o IDH de 2010, tanto Santo Ângelo, quanto Garruchos recebeu de média a alta classificação no índice. Tendo em vista essas afirmativas, fica compreendido que quanto mais o governo transfere recursos aos municípios, e melhor administrados eles são, mais desenvolvimento econômico o país reflete através dos índices sociais. Sendo assim, o último objetivo específico foi respondido na “seção 4.5”.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; ALENCAR, Mônica Maria Torres de Alencar. **Serviço Social: trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 66/75.
- ARAÚJO, Joaquim Filipe Ferraz Esteves de. Avaliação da Gestão Pública: a Administração Pós Burocrática. In: CONFERÊNCIA DA UNED, 1., 2007, [S.l.]. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8309>>. Acesso em: 22 mar. 2019.
- Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Caracterização do Território**. s.d. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/santo-angelo_rs>. Acesso em: 20 set. 2019.
- BARBOSA, Letícia Vitória. UNIJUÍ. **O território das Missões ontem e hoje: Desenvolvimento Dinâmico e populacional na Região Noroeste do RS**. Ijuí, jan. 2018. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/5024/Let%C3%ADcia%20Vit%C3%B3ria%20Barbosa.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- BÍBLIA. **Bíblia Sagrada**. 4. ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.
- BOFF, Salete Oro; SOUZA, Liége Alendes de; STAHLHÖFER, Iásin Schäffer. **Avaliação das políticas públicas brasileiras de persecução ao cumprimento dos objetivos de desenvolvimento do milênio**. 1. ed. São Paulo: Letras Jurídicas, 2015. p.21.
- BOSSOROCA. Prefeitura Municipal. **Plano de saúde**. 2018. Disponível em: <https://www.bossoroca.rs.gov.br/Arquivos/840/Conte%C3%BAdos/2340/plano%20s_ite_314V.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.
- _____. Prefeitura Municipal. **Plano Municipal de Saneamento Básico**. 2012. Disponível em: <<https://www.bossoroca.rs.gov.br/site/leis/39183-plano-municipal-de-saneamento-basico>>. Acesso em: 20 set. 2019.
- _____. Prefeitura Municipal. **Agentes de saúde recebem qualificação**. 2018. Disponível em: <<https://www.bossoroca.rs.gov.br/site/noticias/saude/29973-agentes-de-saude-recebem-qualificacao>>. Acesso em: 10 set. 2019.
- BOTH, Bernardo et al. **Análise do desenvolvimento sócio-econômico: um estudo dos municípios do COREDE Missões - RS**. Ijuí: XXII Jornada de Pesquisa, 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/7772-1-33314-1-10-20170913.pdf>>. Acesso em: 24. abr. 2019.
- BRASIL. Diário Oficial da União. **Benefícios do Programa Bolsa Família: (Decreto nº 9.396/ 2018)**. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=01/06/2018&jornal=515&pagina=2>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Educação**. 2018. Disponível em: <<http://mec.gov.br/component/tags/tag/32101-educacaoespecial>>. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. Governo. **Programas sociais promovem cidadania e desenvolvimento**. 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/saude/2015/08/programas-sociais-promovem-cidadania-e-desenvolvimento>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

_____. Secretaria de Saúde. **Informações sobre as ações e programas da Atenção Básica desenvolvidos pelo Município de Bossoroca**. 2012. Disponível em: <<https://atencaobasica.saude.rs.gov.br/upload/arquivos/201703/02151147-bossoroca-ses.pdf>>. Acesso em: 10 set.2019.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Por que pesquisa em saúde?**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pesquisa_saude.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. Casa Civil. **Emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências**: (Lei nº8. 429/ 1998). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8429.htm>. Acesso em: 16 mar. 2019.

_____. Tribunal superior eleitoral. **Dos direitos e garantias fundamentais**: (Art 5º- 6º/ 1988). Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/constituicao-federal/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

CABECEIRA, Aline Gonçalves. **Transparência e controle social: os impactos do SICONV na relação estado e terceiro setor**. Brasília: Universidade de Brasília, 2009. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/1632/1/2009_AlineGoncalvesCabeceira.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2019.

CERRO LARGO. **[Site da Prefeitura Municipal de Cerro Largo]**. 2017. Disponível em: <<https://www.cerrolargo.rs.gov.br/site/conteudos/2039-historia>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração Geral e Pública**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p. 101-104. Disponível em: <http://seuinteresse.com.br/wa_files/Idalberto_20Chiavenato_20_20Administra_C3_A7_C3_A3o_20Geral_20e_20P_C3_BAblica_20_20Ano_202009.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2019.

COELHO, Ricardo Corrêa. **O público e o privado na gestão pública**. 3. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuário/Downloads/PNAP%20-%20Modulo%20Basico%20-%20GPM%20->>

%20O%20Publico%20e%20o%20Privado%20na%20Gestao%20Publica.pdf>.
Acesso em: 10 maio 2019.

DAER. Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem. **Acesso municipal a Garruchos recebe investimento superior a R\$ 1,8 milhão.** 2018. Disponível em: <<https://www.daer.rs.gov.br/acesso-municipal-a-garruchos-recebe-investimento-superior-a-r-1-8-milhao>>. Acesso em: 20 set. 2019.

DEZESSEIS DE NOVEMBRO. [**Site da Prefeitura Municipal de Dezesseis de Novembro**]. 2013. Disponível em: <<https://www.dezesseisdenovembro.rs.gov.br/site/conteudos/484-historia>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

DUARTE. Alessandra; LIMA. Daniel. **Boa gestão fiscal melhora indicadores sociais de municípios.** O Globo, 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/boa-gestao-fiscal-melhora-indicadores-sociais-de-municipios-10083540>>. Acesso em: 20 set. 2019

ENTRE-IJUÍ. Site da Prefeitura de Entre Ijuís. **História do Entre-Ijuís.** 2011. Disponível em: <<http://www.entreijuis.rs.gov.br/historia>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

_____. Site da Prefeitura de Entre-Ijuís. **Economia.** 2003. Disponível em: <<http://www.ijui.rs.gov.br/paginas/economia>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

EUGÊNIO DE CASTRO. [**Site da Prefeitura de Eugênio de Castro**]. 2015. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/monitoramentopne/planos-municipais-de-educacao-rs/e/eugenio-de-castro>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. **COREDE Missões.** 2015-2017. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Miss%F5es>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

_____. Fundação de Economia e Estatística. **COREDE Missões.** 2015. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/sinteseilustrada/caracteristicas-da-agropecuaria-dors/>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

FERNANDES, Eduardo Silva. **Institutos do Estado e a promoção de direitos e garantias sociais fundamentais.** 2016, p. 1. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/51211/institutos-do-estado-e-a-promocao-de-direitos-e-garantias-sociais-fundamentais>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

FRANKE, Laura Luiza Mallmann. **COREDE Missões: Avaliação da transparência nos portais eletrônicos das prefeituras Municipais e sua relação com indicadores socioeconômicos.** Cerro Largo: UFFS, 2018. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/2227>>. Acesso em: 18 set. 2019.

G1. Site Globo Notícias. **Investimento em infraestrutura é oportunidade de superar a crise.** 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/especial-publicitario/em-movimento/ccr/noticia/investimento-em-infraestrutura-e-oportunidade-de-superar-a-crise.ghtml>>. Acesso em: 20 set. 2019.

GARRUCHOS. Prefeitura Municipal. **Pregão Presencial**. 2019. Disponível em: <<https://www.garruchos.rs.gov.br/pregao-presencial-no-08-2019-objeto-contratacao-de-empresa-para-executar-servicos-de-transporte-escolar-para-atender-os-alunos-da-zona-rural-do-municipio-de-garruchos-rede-municipal-em-atendimento/>>. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. Prefeitura Municipal. Garruchos mobiliza comunidade para recuperar estrada. 2015. Disponível em: <<https://www.portaldasmissoes.com.br/municipios/garruchos/noticias/view/id/66/garruchos-mobiliza-comunidade-para-recuperar-estra.html>>. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. Prefeitura Municipal. **Plano Municipal de Educação**. 2015. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/monitoramentopne/planos-municipais-de-educacao-rs/g/garruchos>>. Acesso em: 20 set. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas S.A, 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

GIRUÁ. **[Site da Prefeitura Municipal de Giruá]**. 2013. Disponível em: <<https://www.girua.rs.gov.br/site/conteudos/153-historia>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

GUADAGNIN, Amanda. **A transparência na gestão pública: uma análise da sua concretização em Porto Alegre, Canoas e Novo Hamburgo**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011, p.6. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/34888/000785026.pdf?seque>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

GUIMARÃES. Camila. **O professor é o fator que mais influência na educação das crianças**. Revista: Época. 2014. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/11/o-bprofessorb-e-o-fator-que-mais-influencia-na-educacao-das-criancas.html>>. Acesso em: 20 set. 2019.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas públicas sociais**. Cadernos Cedes, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539>>. Acesso em: 05. maio 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **História de Guarani das missões**. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/guarani-das-missoes/historico>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo**. 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/apresentacao.html>>. Acesso em: 30 maio de 2019.

INFOSANBAS. **Guarani das Missões, RS**. 2010. Disponível em: <<http://infosanbas.org.br/municipio/guarani-das-missoes-rs/>>. Acesso em: 20 set. 2019

KAUCHAKJE, Samira. **Gestão pública de serviços sociais**. 3. ed. Curitiba: Ibpex, 2011.

LEDESMA, Lisiane Regina de Miranda; LÖBLER, Mauri Leodir. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/252/Ledesma_Lisiane_Regina_de_Miranda.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 set. 2019.

MAIA FILHO. Tânia Marta. **Relação entre indicadores de gestão pública e de desenvolvimento dos municípios brasileiros**. São Paulo: Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 20, n. 67, 2015. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/viewFile/52080/56632>>. Acesso em: 20 set. 2019.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MOTA, Hugo. **O que é IDH?**. Brasil Escola. 2019. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-idh.htm>>. Acesso em: 06 out. 2019.

MEDEIROS, Sonia Teresinha Vieira de. **Educação infantil na rede municipal de ensino de São Luiz Gonzaga no período de 1980-2008**. São Leopoldo: UNISINOS, 2009. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/2090/MedeirosSoniaTVieiraEducacao.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

ORTIZ, Luis Cláudio Villani et al. Consulta Popular no COREDE Missões: Uma avaliação da participação dos municípios no período 2005-2014. In: SIMPÓSIO IBEROAMERICANO, 12., 2015 [S.I.]. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/campi/cerro-largo/repositorio-ccl/anais-viii-simposio-iberoamericano-de-cooperacao-para-o-desenvolvimento-e-a-integracao-regional/consulta-popular-no-corede-missoes-uma-avaliacao-da-participacao-dos-municipios-no-periodo-2005-2014/@@download/file>>. Acesso em: 15 maio 2019.

OUVIDORIA. Conselho Nacional de Justiça. **Entenda os conceitos de improbidade administrativa, crimes contra a administração pública e corrupção**. Brasília: Governo do Brasil, 2015, p.1. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/62434-entenda-os-conceitos-de-improbidade-administrativa-crimes-contra-a-administracao-publica-e-corrupcao>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Estado, Nação e Governo**. Brasil Escola, 2019, p.1. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/estado-nacao-governo.htm>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

PINTO, Muriel. As micro-identidades da região das missões jesuítica-guarani através da interpretação das paisagens culturais: uma dialética com as reflexões de Guy Di Méo. **Revista Departamento de Geografia**: São Paulo, v.24, s.n.2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/52758-Texto%20do%20artigo-66051-1-10-20130403.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

PIRAPÓ. [**Site da Prefeitura Municipal de Pirapó**]. Manutenção de ruas. 2019. Disponível em: <<https://www.pirapo.rs.gov.br/site/noticias/obras/38910-manutencao-de-ruas>>. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. *Site da Prefeitura Municipal de Pirapó. Resgatando a história de Pirapó*. 2003. Disponível em: <https://www.pirapo.rs.gov.br/Arquivos/380/Conte%C3%BAdos/620/Historia_275O.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

PORTO XAVIER. *Site da Prefeitura Municipal de Porto Xavier. Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura inicia recuperação das estradas da Seção D*. 2018. Disponível em: <<https://www.portoxavier.rs.gov.br/site/noticias/obras/30517-secretaria-municipal-de-obras-e-infraestrutura-iniciou-recuperacao-das-estradas-da-seccao-d>>. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. *Site da Prefeitura Municipal de Porto Xavier. Município*. 2013. Disponível em: <<https://www.portoxavier.rs.gov.br/site/conteudos/198-municipio%20>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália Moderna. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. **Formação e gestão de políticas públicas**. 1. ed. São Paulo: Intersaberes, 2013. p. 97.

RODOSOFTECNOLOGIA. *Blog. Santo Ângelo - a capital das missões*. 2016. Disponível em: <<https://www.rodosoft.com.br/dicas/santo-angelo-a-capital-das-missoes/>>. Acesso em: 20 set. 2019

ROLADOR. *Site da Prefeitura Municipal de Rolador. Porque Rolador?*. 2015. Disponível em: <<https://www.rolador.rs.gov.br/site/conteudos/1035-historico-do-municipio>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

ROSENFELD, Denis Lerrer. **O que é democracia**. São Paulo: Brasiliense. 1984. p.7. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/breconcepcion/rosenfield-denis-l-o-que-democracia>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

ROTA MISSÕES. **Conheça os Municípios**. 2019. Disponível em: <<https://www.rotamissoes.com.br/conheca>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

_____. **Garruchos**: paraíso dos dourados. 2019. Disponível em: <<https://www.rotamissoes.com.br/conheca/garruchos-18>>. Acesso em: 20 set. 2019.

RS. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **Governo liberou R\$ 20 milhões para projetos de Segurança Pública na Consulta Popular**. 2019. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/governo-liberou-mais-r-20-milhoes-para-projetos-de-seguranca-publica-na-consulta-popular>>. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Corsan garante R\$ 71,8 milhões para saneamento de Ijuí e Santo Ângelo. 2014. Disponível em:

<<https://estado.rs.gov.br/corsan-garante-r-71-8-milhoes-para-saneamento-de-ijui-e-santo-angelo>>. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **Consulta Popular**. 2013. P.1. Disponível em: <http://www.participa.rs.gov.br/conheca-o-processo/>. Acesso em: 16 maio 2019.

_____. Secretária do Planejamento e Desenvolvimento Regional. **Mapa das Regiões Funcionais de Planejamento**. 2011. Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134058-20150319163519perfis-todos.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

_____. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **Comissão de assuntos municipais**. 2008. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Download/CAM/cronologia_municipios.PDF>. Acesso em: 20 abr. 2019.

_____. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **Lei nº 10.283**, de 17 de outubro de 1994. Dispõe sobre a criação, estruturação e funcionamento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=12666&hTexto=&Hid_IDNorma=12666>. Acesso em: 20 abr. 2019.

_____. Secretária do Planejamento e Desenvolvimento Regional. **Mapa das Regiões Funcionais de Planejamento**. 2011. Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134058-20150319163519perfis-todos.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

_____. Portal de Transparência do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.transparencia.rs.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=Transparencia.qvw&host=QVS%40appro03&anonymous=true>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

SALVADOR DAS MISSÕES. Prefeitura Municipal de Salvador das Missões. **História**. 2017. Disponível em: <<https://www.salvadordasmissoes.rs.gov.br/?pg=municipio&aba=historia>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

_____. Prefeitura Municipal de Santo Ângelo. **Melhorias representam a concretização do desejo de uma geração inteira de estudantes**. 2016. Disponível em: <<https://pmsantoangelo.abase.com.br/site/noticias/educacao/17298-escola-eurico-de-moraes-recebe-mais-de-r-300-mil-em-investimentos>>. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. Prefeitura Municipal de Santo Ângelo. **Administração de Santo Ângelo investe mais de R\$ 15,6 milhões em asfalto**. 2016. Disponível em: <<https://pmsantoangelo.abase.com.br/site/noticias/infraestrutura/16368-administracao-de-santo-angelo-investe-mais-de-r-156-milhoes-em-asfalto>>. Acesso em: 20 set. 2019.

SANTO ÂNGELO. Prefeitura Municipal. **Pavimentação asfáltica no município de Buriti**. 2015. Acesso em: <<https://pmsantoangelo.abase.com.br/site/noticias/infraestrutura/9086-andres-inaugura-pavimentacao-asfaltica-no-distrito-de-buriti>>. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. Prefeitura Municipal. **HISTÓRIA**. 2014. Disponível em: <<http://www.santoangelo.rs.gov.br/municipio.htm>>. Acesso em 20 set. 2019

SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES. Site da Prefeitura Municipal de Santo Antônio das Missões. **A cidade**. 2014. Disponível em: <<https://www.santoantoniodasmissoes.rs.gov.br/site/conteudos/862-a-cidade>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

SANTOS, Anderson Ferreira dos. Administração Pública Brasileira: O Modelo Gerencial e as Ferramentas de Melhoria na Gestão Pública. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**: São Paulo, v. 4, n. 8, p.1, ago. 2018. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/o-modelo-gerencia>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SANTOS, Micheli dos. **Transparência na gestão pública Municipal nos Municípios que integram o Conselho Regional de Desenvolvimento das Missões/RS**. Cerro Largo: UFFS, 2017. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/1572>>. Acesso em: 18 set. 2019.

SÃO NICOLAU. Site da Prefeitura de São Nicolau. **Os sete povos das missões**. 2009. Disponível em: <<http://saonicolaur.s.blogspot.com/>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

SÃO PAULO DAS MISSÕES. Site da Prefeitura Municipal de São Paulo das Missões. **História do Município**. 2013. Disponível em: <<https://www.saopaulodasmissoes.rs.gov.br/site/conteudos/174-historia-do-municipio>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

SÃO PEDRO DO BUTIÁ. Site da Prefeitura de São Pedro do Butiá. **História**. 2017. Disponível em: <<https://www.saopedrodobutia.rs.gov.br/?pg=municipio&aba=historia>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

SCHOMMER, Jorge Adalberto. **Modelos De Gestão Pública**: Uma análise de cinco municípios do COREDE Missões no Rio Grande do Sul. Cerro Largo: UFFS, 2017. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1670/1/SCHOMMER.pdf>>. Acesso em 20 abr. 2019.

_____, Jorge Adalberto; ROTTA, Edeimar; SCHERER, Luciana. **Planejamento público municipal na região das Missões**: refletido sobre modelos e estruturas. **Revista INTELLECTOR**: Rio de Janeiro, v.13, 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuário/Downloads/122-232-1-SM.pdf>>. Acesso em: 10. abr. 2019.

SCHERER, Maurício. **Diagnóstico das propriedades rurais do município de Ubiretama-RS, com vistas ao enquadramento na Instrução Normativa n. 62 do Ministério da Agricultura**. UFFS: Cerro Largo. 2013. Disponível em:

<<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/284/1/SCHERER.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SICSU, João. **Recursos públicos: de onde vêm e de onde não vem**. 2011, p. 1. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Recursos-Publicos-de-onde-vem-e-de-onde-nao-vem/19709>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

SOUZA, Leonardo. **Novo Portal da Transparência agiliza acesso dos cidadãos aos dados públicos**. Governo do Rio Grande do Sul, 2018. p.1. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/novo-portal-da-transparencia-rs-facilita-busca-por-dados-e-informacoes>>. Acesso em: 28 maio 2019.

TCU. Tribunal de Contas da União. **Convênios e outros repasses**. 4. ed. Brasília: Secretaria Geral de Controle Externo, 2013. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24D6E86A4014D72AC819253DD&inline=1>>. Acesso em: 20 set. 2019.

TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. **Estado, governo e administração pública**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

TONET, Fernando. Os direitos fundamentais e o conceito de democracia. **Revista eletrônica direito e sociedade**: Unila Salle, Canoas, v. 4, n. 1, p. 49, maio. 2016. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5507555.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

TRENNEPOHL, Dilson; RAUBER, Cleiton Rodrigo. **Os desafios do Desenvolvimento em Municípios Colonizados no início do século XX: O caso de São Paulo das Missões no Rio Grande do Sul**. [S. l.]: UNIJUÍ, 2014. Disponível: <<https://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/201405267eeg-mesa17-desafiosdesenvolvimentomunicipioscolonizadososeculoxx.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

URI. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. **Guarani das Missões**. 2007. Disponível em: <<http://www.urisan.tche.br/~iphan/upload/downloads/file171.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

VIANA, Nildo. **Movimentos Sociais: Questões teóricas e conceituais**. 1. ed. Goiânia: Redelp, 2016. p. 72. Disponível em: <<https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/123456789/136/34/Livro%20-%20Movimentos%20Sociais%20-%20P%C3%A1ginas%2071%20a%2098.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

WESZ, Mauro Marx. **Caibaté – RS: imigração e missionarismo**. Porto Alegre: Oficina do Historiador, 2014. Disponível em:

<file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/19068-75802-1-PB.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2019.

ZIKMUND, Willian G.; BABIN, Barry J. **Princípios da pesquisa de marketing**. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.